



Câmara Municipal de Jundiaí  
São Paulo

DECRETO LEGISLATIVO Nº 800

de 04 / 09 / 2001

Processo nº: 32.900

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 852

Autor: MAURO MARCIAL MENUCHI

Ementa: Concede ao **Deputado JOSÉ GENÓINO NETO** o título de Cidadão Jundiaiense.

Arquive-se.

*Almaufidi*  
Diretor

10 / 09 / 2001



Câmara Municipal de Jundiaí  
São Paulo

fls. 02  
proc. 32.900  
*am*

<b>Matéria:</b> PDL nº. 852	<b>Comissões</b>	<b>Prazos:</b>	<b>Comissão</b>	<b>Relator</b>
À Consultoria Jurídica. <i>Wleanfredi</i> Diretora Legislativa 20/06/2001	CJR	projetos vetos orçamentos contas aprazados	20 dias 10 dias 20 dias 15 dias 7 dias	7 dias - - - 3 dias
<b>QUORUM: 2/3</b>				

Comissões	Relator	Voto do Relator
À CJR. <i>Wleanfredi</i> Diretora Legislativa 26/06/2001	Designo o Vereador: <u>      </u> <i>Wleanfredi</i> Presidente 26/06/01	<input checked="" type="checkbox"/> favorável <input type="checkbox"/> contrário  Relator 26/06/01
À _____  Diretora Legislativa / /	Designo o Vereador: <u>      </u>  Presidente / /	<input type="checkbox"/> favorável <input type="checkbox"/> contrário  Relator / /
À _____  Diretora Legislativa / /	Designo o Vereador: <u>      </u>  Presidente / /	<input type="checkbox"/> favorável <input type="checkbox"/> contrário  Relator / /
À _____  Diretora Legislativa / /	Designo o Vereador: <u>      </u>  Presidente / /	<input type="checkbox"/> favorável <input type="checkbox"/> contrário  Relator / /
À _____  Diretora Legislativa / /	Designo o Vereador: <u>      </u>  Presidente / /	<input type="checkbox"/> favorável <input type="checkbox"/> contrário  Relator / /
À _____  Diretora Legislativa / /	Designo o Vereador: <u>      </u>  Presidente / /	<input type="checkbox"/> favorável <input type="checkbox"/> contrário  Relator / /

--

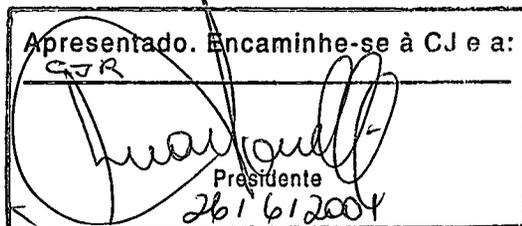


CÂMARA MUNICIPAL  
DE JUNDIÁ

032908 JUN 01 20 8 57

PP 193/01

PROTÓCOLO GERAL



**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº. 852**  
**(do Vereador MAURO MARCIAL MENUCHI)**

Concede ao Deputado JOSÉ GENOÍNO NETO o título de Cidadão Jundiense.

Art. 1º. É concedido ao Deputado JOSÉ GENOÍNO NETO o título de Cidadão Jundiense.

Art. 2º. Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 19.06.2001

MAURO MARCIAL MENUCHI



(PDL nº. 852 - fls. 2)

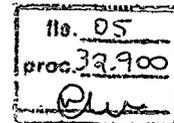
*Justificativa*

A honraria que ora se pretende prestar é símbolo de nosso reconhecimento pelo trabalho desenvolvido pelo Deputado JOSÉ GENOÍNO NETO em prol dos cidadãos brasileiros.

Nascido no Estado do Ceará, na cidade de Quixeramobim. Hoje é Deputado Federal e encontra-se cumprindo seu quinto mandato, eleito com 307 mil votos, sendo a maior votação do País.

Portanto, a justificar a comenda presente, segue a documentação anexa, com o currículo e biografia do homenageando.

  
MAURO MARCIAL MENUCHI



José Genoino Neto é cearense de Quixeramobim. Líder estudantil no final dos anos, integrou a diretoria da União Nacional dos Estudantes - UNE, onde engajou-se ativamente na resistência à ditadura militar. Participou da Guerrilha do Araguaia, foi preso em 1972 de onde saiu em 1977.

Anistiado em 1979, Genoino ajudou a fundar o Partido dos Trabalhadores e em 1982 foi eleito para seu primeiro mandato.

Sua primeira atuação de destaque aconteceu na Campanha das Diretas; reeleito em 1986, como Deputado Constituinte, teve uma atuação marcada pelo seu conhecimento do Regimento Interno da Câmara sendo que, hoje, ele é considerado um dos maiores regimentalistas do Congresso. Foi o primeiro deputado a apresentar um projeto de lei tratando da interrupção da gravidez (Aborto). Apartir de então, vem reapresentando o projeto a cada legislatura como forma de suscitar este debate.

Reeleito em 1990, teve grande destaque como líder da bancada petista na Câmara e como um especialista na questão das Forças Armadas. Foi nesta legislatura que Genoino, em conjunto com diversas entidades e organizações, elaborou e apresentou um projeto de lei que regulamenta os Direitos Autorais no país, cujos pressupostos básicos serviram de base para a discussão e aprovação da atual Lei de Direito Autoral. Atuou de forma ativa no processo de Impeachment do Collor e também na CPI do Orçamento.

Reeleito para seu quarto mandato, com 200 mil votos, Genoino disputou a Presidência da Câmara dos Deputados com um programa que se sustentava na valorização e na defesa da dignidade da atividade parlamentar, na reorganização da Câmara e no aprimoramento das suas funções e na total e absoluta transparência no exercício do mandato parlamentar.

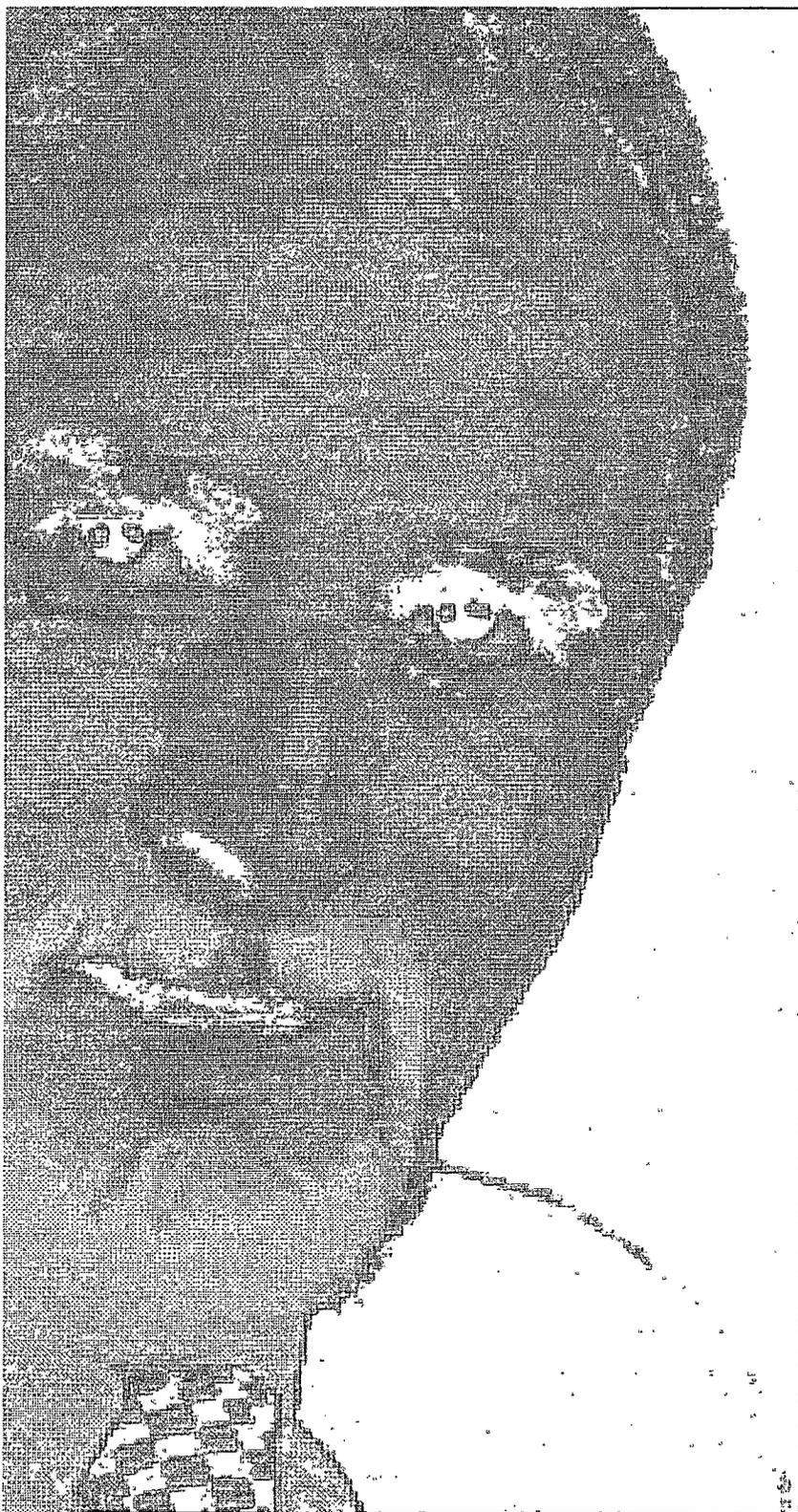
Membro permanente das Comissões de Justiça e de Defesa Nacional, Genoino defende o fim do sigilo bancário para políticos e ocupantes de cargos públicos, fim da autorização da Câmara e do Senado para que sejam abertos processos contra os parlamentares por crimes comuns, ética na política, ampla reforma do Estado e garantia dos direitos humanos e luta por cidadania.

Em junho de 1996, ele apresentou a Emenda Constitucional que institui o Sistema de Controle do Poder Judiciário e outra que altera a representatividade dos estados na Câmara dos Deputados.

Reeleito ao seu quinto mandato de deputado federal, com 307.000 votos, sendo a maior votação do país.

Imprimir

fls. 06  
proc. 32.900  
Qu



José Genoïno  
Deputado Federal

## Curriculum Vitae

José Genoio Neto é cearense de Quixeramobim. Líder estudantil no final dos anos, integrou a diretoria da União Nacional dos Estudantes - UNE, onde engajou-se ativamente na resistência à ditadura militar. Participou da Guerrilha do Araguaia, foi preso em 1972 de onde saiu em 1977.

Anistiado em 1979, Genoio ajudou a fundar o Partido dos Trabalhadores e em 1982 foi eleito para seu primeiro mandato.

Sua primeira atuação de destaque aconteceu na Campanha das Diretas; reeleito em 1986, como Deputado Constituinte, teve uma atuação marcada pelo seu conhecimento do Regimento Interno da Câmara sendo que, hoje, ele é considerado um dos maiores regimentalistas do Congresso. Foi o primeiro deputado a apresentar um projeto de lei tratando da interrupção da gravidez (Aborto). A partir de então, vem reapresentando o projeto a cada legislatura como forma de suscitar este debate.

Reeleito em 1990, teve grande destaque como líder da bancada petista na Câmara e como um especialista na questão das Forças Armadas. Foi nesta legislatura que Genoio, em conjunto com diversas entidades e organizações, elaborou e apresentou um projeto de lei que regulamenta os Direitos Autorais no país, cujos pressupostos básicos serviram de base para a discussão e aprovação da atual Lei de Direito Autoral. Atuou de forma ativa no processo de Impeachment do Collor e também na CPI do Orçamento.

Reeleito para seu quarto mandato, com 200 mil votos, Genoio disputou a Presidência da Câmara dos Deputados com um programa que se sustentava na valorização e na defesa da dignidade da atividade parlamentar, na reorganização da Câmara e no aprimoramento das suas funções e na total e absoluta transparência no exercício do mandato parlamentar.

Membro permanente das Comissões de Justiça e de Defesa Nacional, Genoio defende o fim do sigilo bancário para políticos e ocupantes de cargos públicos, fim da autorização da Câmara e do Senado para que sejam abertos processos contra os parlamentares por crimes comuns, ética na política, ampla reforma do Estado e garantia dos direitos humanos e luta por cidadania.

Em junho de 1996, ele apresentou a Emenda Constitucional que institui o Sistema de Controle do Poder Judiciário e outra que altera a representatividade dos estados na Câmara dos Deputados.

Reeleito ao seu quinto mandato de deputado federal, com 307.000 votos, sendo a maior votação do país.

*O torturado fica reduzido à condição de objeto da sua vontade sobram apenas escombros*

Ao longo da minha trajetória política, fui consolidando a convicção de que a transparência deve ser uma das principais virtudes da conduta do homem público. Acredito também que a sociedade tem o direito de saber tudo o que diz respeito à atividade pública do político. Somente assim é possível estabelecer algum grau de coerência entre discurso e ação e algum grau de confiabilidade entre os representantes e os representados. Somente a transparência dos atos e a sinceridade das palavras podem dissipar as trevas das dúvidas e das incertezas que a sociedade alimenta em relação aos políticos.

Na última semana, fui questionado publicamente na tribuna da Câmara pelo deputado Jair Bolsonaro (PPB-RJ) acerca do meu comportamento na prisão. Em respeito aos eleitores e aos que me prestaram solidariedade, integrantes de outros partidos, dirigentes e militantes do meu partido, militantes do PC do B, amigos, jornalistas e militares, sinto-me no dever de relatar o que aconteceu na minha prisão.

Na manhã do dia 18 de abril de 1972, fui detido, sozinho, na região do Araguaia. Pertencia a um grupo de preparação da guerrilha constituído de 21 pessoas. Existiam outros grupos com os quais não mantinha contato e dos quais não sabia a localização. No momento em que fui preso, estava perdido na mata durante o cumprimento de uma tarefa. No fim do dia, deveria reencontrar o grupo em lugar previamente acertado. Como sabíamos da presença de militares, combinamos que, caso eu não aparecesse, deveria ser considerado que eu estava preso ou morto.

No momento da prisão, fui amarrado a uma árvore e passei a ser torturado com queimaduras e afogamentos, circunstância revelada por uma série de fotos publicadas pelo jornal "O Globo". Nos primeiros cinco dias, os militares não sabiam quem eu era. Fui transferido para a cadeia de Xambioá, depois para Brasília. Nesse período sustentei a versão de que estava na região para trabalhar na Transamazônica. Em Brasília fui identificado por meio de um álbum de fotografias do congresso da UNE realizado em Ibiúna e de impressões digitais. Durante os oito meses seguintes, fui submetido a interrogatórios e pressões. Nos primeiros três meses, fui torturado em momentos intermitentes, com afogamentos, pau-de-arara e choques elétricos.

A partir da minha identificação e ao longo desse tempo, prestei determinadas informações, guiando-me pelo seguinte critério: não informar nada que pudesse levar à localização dos guerrilheiros e dos estoques de remédios e suprimentos. As informações referiam-se ao motivo da minha ida para o Araguaia, à finalidade de instauração da guerrilha e a nomes de pessoas com quem trabalhei na preparação da luta armada, cuja identificação, avaliei, não prejudicaria a guerrilha.

Nenhuma dessas informações poderia levar à localização da guerrilha, pois nem eu sabia onde se encontrava, já que a presença militar impôs o seu deslocamento na selva. Todas as informações que prestei nos depoimentos estão registradas nos autos da Justiça Militar e foram repassadas para os advogados que me assistiram, inclusive consta a negativa da 2ª Auditoria Militar para exame de corpo de delito.

A decisão de falar ou não falar, quando se está sob tortura, é absolutamente traumática. A mente e o corpo do torturado cindem-se em duas partes distintas: a mente quer preservar as convicções e a segurança dos companheiros; o corpo, dilacerado pela dor, quer a vida. A mente cogita que a morte é uma fuga viável, uma salvação. O corpo dilacerado e a mente degradada moral e psicologicamente do torturado, nos fugazes momentos em que se encontram, querem a piedade do torturador. O torturado fica reduzido à condição de objeto. Da sua vontade sobram apenas escombros. É nessas circunstâncias quase indescritíveis que se decide falar ou não falar. Alguns decidiram, heroicamente, não falar. Quase todos eles morreram em consequência das torturas. Outros, como foi o meu caso, decidiram prestar informações que julgaram não comprometedoras à segurança de outras pessoas. Outros inventaram histórias que geralmente não se sustentavam. Há também aqueles que, sob tortura, entregam informações essenciais. Jamais me senti no direito de julgá-los moralmente.

Fui condenado a cinco anos de prisão, que cumpri integralmente. No primeiro ano, não tive acesso a visitas e a advogado.

Ao recuperar a minha liberdade, decidi me dedicar à política de uma forma construtiva e em nenhum momento me julguei um herói da guerrilha do Araguaia. Heróis são os que tombaram lutando. Sucumbiram acreditando na luta pela liberdade. Nunca perdi as esperanças de construir uma sociedade mais justa, talvez com meios e valores diferentes daqueles em que eu acreditava outrora. Não alimento desejos de vingança porque acredito no ser humano e acredito que o perdão é a forma que os seres humanos têm para se reconciliar e dar continuidade à vida. Falar e escrever sobre isso, para mim, é profundamente dolorido. Mas falo e escrevo porque penso que o passado não deve ser esquecido. Só assim o tornaremos uma lição para o futuro.

*Folha de S. Paulo, em 02 de fevereiro de 2000.*

## Somos uma geração de sobreviventes

*Jorge Bastos Moreno*

Com cinco mandatos de deputado, nos 20 anos de existência do PT, José Genoino só chorou em público duas vezes: na morte de Ulysses Guimarães e agora, ao receber um telefonema de solidariedade do presidente Fernando Henrique Cardoso por causa das acusações do deputado Jair Bolsonaro de que, na prisão, delatou colegas que estiveram com ele na guerrilha do Araguaia. As acusações reacenderam imagens do passado, que mexeram com a vida do cearense Genoino. Ele defende a candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência; mas no PT, e fora dele, ninguém dúvida que, caso desista, Lula lutará para fazer de Genoino seu substituto na corrida ao Planalto.

O deputado Jair Bolsonaro, ao acusá-lo de ter delatado companheiros na prisão, à época da ditadura, provocou uma reação contrária de solidariedade ao senhor.

**José Genoino:** Tenho recebido solidariedade até de pessoas que divergem de mim. Isso é uma lição. Não se pode fazer da política uma arte desligada dos valores humanos, porque senão fica uma coisa cheia de ódio.

Politicamente, qual o efeito dessa acusação?

**Genoino:** Tenho um desafio e o reconheço publicamente. Estou exposto, sei que vou disputar cargos - como disputei para deputado, posso amanhã disputar cargo mais importante - e o político fica muito exposto. Não quero criar contradição entre minha sinceridade humana e minhas idéias políticas. Separo o que é privado do que é público; mas separar é uma coisa, omitir é outra. Não podemos deixar de ser transparentes.

O senhor se comoveu com o telefonema do presidente Fernando Henrique?

**Genoino:** Foi um gesto humano. Eu o entendi assim. Foi uma gentileza muito grande.

Isso mexeu com o senhor?

**Genoino:** Falar da própria experiência na prisão toca porque somos de uma geração de sobreviventes, cujas marcas serão levadas até o fim da vida. São marcas de dor, de um conflito que vivemos na prisão, em que o ser humano se divide em dois: a consciência quer uma coisa e o físico outra. E, nesse fio da navalha, administramos o que podemos falar e o que não podemos. Fala-se o que não vá prejudicar diretamente companheiros, que não ajude a localizá-los. Outras informações você acaba administrando... O ser humano anda no fio da navalha para administrar, na sua consciência, o que pode e o que não pode falar num processo em que ele é dominado inteiramente física e psicologicamente. O duelo é terrível.

Depois que o senhor saiu da prisão, essa questão foi discutida por seus companheiros?

**Genoino:** Fiquei cinco anos preso. Nesses cinco anos, relatei e ouvi relatos de companheiros. Os companheiros que ficaram mais tempo na cadeia tiveram condições

de fazer uma terapia positiva porque a gente trocava experiências do que foi possível resistir e do que não foi possível. Os anos que a gente fica preso contribuem para esse processo de avaliação. Ao sair da cadeia, já tínhamos, mais ou menos, racionalizado o que havia acontecido. Mas sempre que se fala nisso, algo volta, na forma de pesadelo, tormento, feridas.

É possível fazer uma reavaliação da guerrilha?

**Genoio:** A resistência armada no campo e na cidade era uma resistência a uma situação que não tinha outra saída. O regime era autoritário e violento. As saídas eram: prisão, exílio ou lutar em condições muito desfavoráveis. Foi um heroísmo legítimo, uma coragem necessária, mas dificilmente seríamos vitoriosos. A esquerda foi derrotada porque avaliou mal a conjuntura, a capacidade política e se isolou da população. Essa avaliação crítica é até em homenagem aos que lutaram.

Qual a lição de tudo isso?

**Genoio:** A de que a democracia vale a pena demais.

Há 20 anos, o senhor falaria, ainda que em tese, em fuzilar um presidente?

**Genoio:** Nunca falei nem falaria. Há 20 anos, tinha uma posição esquerdista e, em muitas questões, sectária. Entrei aqui no Congresso Nacional adotando esse discurso. Fui mudando sem mudar de lado, resgatando aquilo que para mim é universal na perspectiva de transformar o Brasil e a sociedade: se quero mudar o mundo, tenho de ser mudado. Para mim política é prazer, poema, graça, encantamento. Aprendi isso convivendo com Ullysses Guimarães aqui no Congresso. A política não pode ser prisioneira de um mero interesse ou ideologia.

O senhor está se preparando para ser candidato à presidência da República?

**Genoio:** Em política, tem-se de se estar preparado para tudo. Vivi cinco mandatos de deputado, estou realizado politicamente. Sei que tenho de estar preparado para disputar um cargo maior. Mas esse cargo, de senador, governador, presidente da República, depende do partido, não depende só de mim. Tenho um candidato à Presidência: Lula.

Qual a principal crítica ao PT, nos 20 anos de fundação?

**Genoio:** O PT foi uma instituição que deu certo. Nosso desafio é ter um programa de governo capaz de dialogar com segmentos sociais e econômicos para governar o Brasil com o mundo. Temos de pensar um novo modelo de contrato social para o Brasil.

E a briga entre Garotinho e Brizola, quem tem razão?

**Genoio:** A esquerda não pode se dividir. Lamento que esteja dividida em capitais símbolos do poder: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre e Salvador. O que me preocupa é que não se está pensando no Rio de Janeiro na sua dimensão nacional, de uma eleição que é o primeiro passo para 2002.

## PELA DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

Sr. Juiz Auditor da 1a. Auditoria da 2 a. CJM

Pela Segunda vez, dirijo-me à esta Auditoria de São Paulo.

Na primeira vez apresentei uma carta defesa por ocasião do julgamento do processo em que fui condenado a 5 anos de prisão. Hoje, levo ao conhecimento desta auditoria, apresentando a V. Exma fatos que considero muito estranhos. Tenho certeza que tais fatos, na sua maioria, já são de conhecimento de V. Exa., portanto esse simples motivo não justificaria minha carta. Mas o fato é que a primeira Auditoria da 2º CJM, responsável legalmente pela minha custódia, vem compactuando ou silenciando diante do que me aconteceu.

Sr. Juiz, não espere pedidos! Quero situar os fatos, definir as responsabilidades e registrar a verdade diante desta Côrte de Justiça. Hoje podem ainda tentar escondê-la nos volumosos arquivos, mas amanhã a história a ressuscitará, limpando-a do veneno inoculado inutilmente para apresentar os fatos com versões estereotipadas e distorcidas, sempre com objetivo de perseguir os brasileiros que defendem os direitos do povo, a liberdade e a soberania de sua pátria.

Como se não bastassem as prisões injustas, as torturas, os longos períodos de incomunicabilidade e as condenações, nós presos políticos, passamos por todo tipo de arbitrariedades nos presídios onde cumprimos pena. Movem-se perseguições, tentam usurpar os nossos mais elementares direitos e muitas vezes somos tratados pela lei da força. Por isso, já não é estranho quando os presos políticos colocam suas vidas em risco, em períodos de greve de fome, para defendê-las.

Sr. Juiz, isso não constitui nenhuma novidade para V. Exa., portanto espero que tais afirmações não causem nenhum espanto e calmamente observe o que vou relatar. Pois só assim poderá V. Exa. oficializar a mim ou ao meu advogado as providencias tomadas ou a tomar sobre o que houve ou o que poderá haver com relação à minha transferencia para Fortaleza. O interêsse de minha parte baseia-se no fato de estar condenado pela 1º Auditoria da 2º CJM e até hoje oficialmente tudo se passou como se tal Côrte de Justiça nenhuma responsabilidade tivesse com relação à minha custódia.

Vamos aos fatos:

No dia 13 de novembro de 1975, às 5 horas da manhã, fui arrastado do Presídio de São Paulo e entregue pelo então Diretor do Presídio Militar da Justiça Federal à uma escolta de dois policiais. Tal fato era amparado em um officio do Juiz auditor da 2º Auditoria da 2º CJM que autorizava minha tranferência para Fortaleza. O officio apresentava o fato de estar criando problemas de "segurança" na área da 2º CJM e de ter familiares no Ceará, como justificativa.

Em primeiro lugar, que problemas de "segurança" estava criando em São Paulo? Em homenagem à verdade, relatei, relato, e relatarei o seguinte:

No dia 11 de novembro de 1975, o então Diretor do presídio comunica-me de forma arbitrária, vaga e insinuada, que a partir daquele momento estaria punido. Nada me apresenta por escrito, nem o local e mesmo tempo de punição só falando que estava privado de visitas, banho de sol e somente podendo ir ao refeitório do presídio no horário das refeições.

Mais abstrato ainda era o motivo alegado para a arbitrária medida. Segundo o Diretor, um soldado da Guarda do Presídio juntamente com o sargento chefe de plantão, lhe comunicaram que eu tinha "chutado" a parede do corredor onde estavam fazendo a chamada logo após a visita do sábado no dia 5 de novembro de 1975 e que o soldado viu o "chute" na parede como sendo na própria Guarda. Tentei mostrar ao Diretor o absurdo dessa acusação e lhe afirmei que não tinha nenhuma lembrança de tal "chute" e mesmo podia ter acontecido que ao sair do pátio onde recebemos as visitas para o corredor que é estreito e estava cheio de cadeiras podia ter tropeçado e batido na parede, mas falar em "chute" na Guarda, usando a parede era invenção sem pé nem cabeça. O Diretor responde que puniria mesmo assim, porque um soldado dele, presenciando semelhante atitude, poderia chegar ao ponto de atirar contra nós, presos políticos daquele presídio. Imediatamente ponderei que se tratava de fatos muito graves.

Nesta entrevista reafirmei a solicitação já feita pelos quarenta presos políticos ao Diretor para ir ao prédio do presídio com o objetivo de tratarmos dos problemas que a Guarda que ora se sentia atingida por um "chute" na parede, tinha errado no sábado, dia de visitas, conosco e nossos familiares. E reforçava a solicitação com aquilo que no momento me surpreendia. Voltei para o presídio e continuei com vida normal esperando pelo Diretor ou que aquele comunicado saísse do terreno vago e abstrato. Não caberia a mim e nem aos meus companheiros interpretar medidas subjetivas por parte da Direção. E nem podíamos levar em conta as provocações que constantemente nos faziam a mesma Guarda atingida por um "chute" na parede.

No dia seguinte ainda bem cedo fomos acordados e surpreendidos com os latidos de cachorros na entrada do corredor das celas e muitos armados de cassetetes tendo à frente o referido Diretor. Naquele momento se caracterizava o verdadeiro sentido da provocação arquitetada e a segurança e a integridade física aos quarenta presos políticos estava correndo sério risco. Numa atitude de força levaram-me para a cela forte onde fiquei até a madrugada do dia 13 de novembro de 1975. Durante esse tempo, a Direção do presídio se recusava a me fornecer qualquer alimentação. Somente depois que estava naquele lugar e por tres dias. Mas afora, justificando-a, dizia que eu tinha desrespeitado ordens do referido Diretor. Que ordens? Talvez desejassem os promotores de tal provocação que eu interpretasse os seus pensamentos, mesmo me trancando na cela. Isso não faria, seria uma atitude incompatível com as idéias pelas quais fui preso. e condenado. E cabe às autoridades respeitar essa condição de preso político. Mais uma vez comprovei com que facilidade inventam mentiras e usam o pretexto de segurança como escudo para perseguir quem se opõe às arbitrariedades.

Certamente, muito preocupados ficaram os atores dessa peça provocativa, com a pronta solidariedade que recebi dos meus 39 companheiros que ali estavam presos. A todos estou realmente grato e também à eles credito o fato de não ter ocorrido coisas mais graves. Sr. Juiz, eis os problemas de segurança criados por mim em São Paulo! A

verdade é o contrário, pois quem correu risco de segurança foram os quarenta presos políticos daquele presídio.

Chegando aqui em Fortaleza o Juiz Auditor da 10ª. Auditoria da 10ª CJM nem sequer foi encontrado pela escolta durante o tempo em que lá permaneci. Mais tarde, ainda no mesmo dia 13 de novembro de 1975, o Juiz Auditor responde a pedidos de informações de advogados que não sabiam se eu estava em Fortaleza e nem de transferência. Fiquei um dia e uma noite no Departamento de Polícia Federal em condições não condizentes com os direitos de preso político. Fui finalmente removido para o Instituto Penal Paulo Sarasate e logo em seguida enviei uma carta ao J.A. de Fort que simplesmente foi arquivada com o argumento de se tratar de problema de S.P. Quem é hoje responsável pela minha custódia?

Conforme se vê no relato, essa transferência foi executada contra a minha vontade e sem nenhum comunicado prévio nem a mim, nem ao meu advogado e parece que nem ao J.A. que deveria me receber legalmente. A questão central não é se foi feito à revelia da própria lei que me condenou porque todos sabemos dos inúmeros atos de arbitrariedades praticados com base na mesma lei. Também é verdade que em certas ocasiões nem ela mesma é respeitada. Então cabe perguntar: que segurança temos como preso político?

Quanto ao outro motivo em que se estriba o ofício autorizando a transferência, início perguntando porque somente agora essa preocupação em me deixar preso no Estado em que moram alguns dos meus familiares? Porque tão "bondosa" preocupação não apareceu durante o longo tempo em que fiquei incomunicável? Porque não se manifesta quando nossos familiares sofrem todo tipo de vexames devido ao tratamento injusto e arbitrário que recebemos nas prisões? Se querem amenizar o sofrimento das famílias que tem pessoas presas e perseguidas, cabe perguntar: e as violações feitas aos domicílios? E as esposas e esposos e filhos que não sabem se são viúvas, viúvos ou órfãos? E a negativa que sempre receberam das autoridades quando vão procurar pelos seus familiares quando estão sendo presos, torturados e assassinados?

O peso dos fatos mostra que esse motivo dado como justificativa para a transferência é falsa e hipócrita. E mais ainda, devido à situação material em que vivem meus familiares, no interior do Estado, torna quase impossível uma visita a mim, mesmo eu estando aqui em Fortaleza. Não vou discorrer sobre minha vida particular. Fui preso e condenado por idéias e atos políticos e somente a isso tenho que me referir. Mas, argumentando ainda contra o citado pretexto, tenho a dizer que alguns dos meus familiares encontram-se em São Paulo e já estavam enviando esforços para me visitarem.

Agora, Sr. Juiz, passemos resumidamente às condições carcerárias do Instituto Penal Sarasate, onde estou com outros presos políticos. O presídio fica distante de Fortaleza, tornando difíceis as visitas de advogados, familiares e a obtenção de jornais, revistas e outros periódicos. A assistência médico-dentária inexistente. Sujeira e insetos tomam conta dos corredores, galerias e pátio de banho de sol. A alimentação é pouca e de péssima qualidade. Somos sub-alimentados. Como o Instituto aloja presos da Justiça comum, a situação deles é ainda mais desumana.

Depois que cheguei aqui, já vi 3 presos sendo espancados. Finalmente, Sr. Juíz, diante de tudo que relatei solicito que a 1º Auditoria do 2º CJM receba esta carta, não como uma denúncia porque já existem muitas, mas tome providencias quanto ao exposto e efetuando a minha remoção para São Paulo, para o mesmo lugar onde cumpria pena. De minha parte estou alertando para o rumo que caminharam as provocações e depois de tudo que já nos aconteceu desde o ato de prisão, ainda tentam nos impor uma situação anormal. Tenho conhecimento que tem sido inúmeras as dificuldades para o meu livramento condicional e talvez esta carta seja usada como mais um pretexto. Mas isso não me impede de enviá-la. Há muito tempo esse direito e o seu não cumprimento até hoje já é mais uma arbitrariedade.

Nesta ocasião me restrinjo sómente ao assunto desta carta. Mas compreendo que a causa destes males como de tantos outros reside naquilo que escreví a Vossa Excelência e ao Conselho de Justiça em carta defesa por ocasião do meu julgamento.

Respeitosamente  
José Genuíno Neto  
Fortaleza, abril de 1976

Para contar a vida de José Genoino, nada melhor que o próprio. Reproduzimos na íntegra sua entrevista ao jornalista Roberto Benevides (PLAYBOY, maio de 1993).

### Apresentação

Era uma garoto que carregava pedras para a construção de um açude no sertão do Ceará, durante a seca de 1958, quando o Brasil começava a tomar conhecimento de João Gilberto, Tom Jobim e Vinícius de Moraes, a santíssima trindade da Bossa Nova. Nos anos 60, em Fortaleza, dividiu-se entre o trabalho na IBM com um cérebro eletrônico, como se chamava na época o computador, e as agitações do movimento estudantil, mas cedo optou pela militância política. Logo no começo da década seguinte, trocou a clandestinidade em São Paulo pela vida de guerrilheiro no Araguaia. Aos 47 anos, que completou neste 3 de maio, o petista José GENOINO Neto finalmente parece ter se aquietado e vai tentar, no ano que vem, o quarto mandato consecutivo de deputado federal, por São Paulo, esticando até o finalzinho do século uma atividade em que se empenha prazerosamente desde o começo dos anos 80.

A inquietação mental, no entanto, é incessante. Aos 13 anos, o mais velho dos onze filhos de dona Laís e do seu Sebastião GENOINO Guimarães saiu da roça no Encantado, um lugarejo de 100 habitantes, duas fileiras de casa e uma capela, e foi estudar em Senador Pompeu, cidadezinha de 10.000 habitantes, duas ruas e uma igreja na praça, que foi a primeira referência urbana em sua vida de sertanejo. "Eu queria ir para lá estudar e subir na vida", lembra. Foi o espírito inquieto que o fascinou na Bossa Nova que tanto ouviu em Fortaleza, nos emblemáticos anos 60, enquanto remexia em suas convicções religiosas lendo e relendo, entre um e outro poema de Vinícius de Moraes, os existencialistas Jean-Paul Sartre e Albert Camus.

Ser existencialista, com boas pitadas de anarquismo, era bem fácil. Sair do encantado é que era o xis do problema. Lá fez o primário, metade em casa, aprendendo com a mãe camponesa, metade no grupo escolar do vilarejo. De lá salvou-o o padre Salmito, uma espécie de precursor da Teologia da Libertação que aparecia de dois em dois meses para celebrar a missa na capelinha do Encantado e o levou para morar na casa paroquial em Senador Pompeu. Como ganhara uma bolsa de estudos num concurso, lá se foi o garoto morar na cidade. Com 14 anos, dirigia o carro do padre e o ajudava a celebrar a missa.

Quando conseguiu mudar para Fortaleza, morando primeiro na casa de uma família amiga do padre, depois numa pensão paga em vaquinha pelos amigos e mais tarde num apartamento alugado com o próprio salário, mudou também a cabeça. "Já sentia todos os problemas de uma pessoa que entrava na adolescência, estava muito aberto para as questões políticas e acabei criando uma verdadeira relação anticlerical com a igreja", recorda. Tinha boas razões: "Primeiro, minha experiência de morar com o padre Salmito. Ele foi uma pessoa fenomenal e eu senti, por dentro, as contradições da Igreja como instituição, tanto sobre mim como sobre ele". Outra razão era a leitura dos existencialistas e os ventos libertários que sopravam nos movimentos estudantis e culturais da época.

Foi em Fortaleza que, aos 18 anos, viveu o primeiro amor, assumindo totalmente uma relação rara para os padrões moralistas que, só então, começavam a balançar nas

principais cidades do Brasil. Ele não esquece. "Foi uma relação afetiva que me marcou muito. Era uma amante que tinha idade de ser minha mãe. Leucimar era uma pessoa muito forte, professora de línguas na universidade, e nossa relação misturava amizade, amor, ódio, coisas de filho e mãe". Aos 21, um ano depois de entrar para o Partido Comunista do Brasil, o PCdoB, foi eleito presidente do Diretório Central dos Estudantes e assumiu de vez sua paixão: a política. Trata-se de um amor que já lhe impôs pelo menos sete anos de abstinência sexual - os dois que viveu como guerrilheiro no Araguaia e os cinco que sofreu em diversas prisões.

GENOINO surpreendeu muita gente ao desembarcar em Brasília em 1982, apenas cinco anos depois de sair da cadeia, para exercer o seu primeiro mandato de deputado eleito pelo PT de São Paulo. Os que esperavam uma pessoa mal-humorada e sectária, bem de acordo com algumas das posições políticas que assumira nos últimos anos, encontraram um cidadão alegre, de bem com a vida, capaz de defender vigorosamente seus pontos de vista durante horas sem perder em nenhum minuto o carinho pelo interlocutor. Sempre foi assim. Nos tempos de movimento estudantil, liderava imensas manifestações que passavam diante da IBM, às vezes na hora em que deveria estar trabalhando, mas seus chefes não queriam demiti-lo nem quando ele próprio pediu demissão. Nos tempos duros da cadeia, em que muitos militantes não dirigiam a palavra ao companheiro de cela que pertencesse a outra organização, dava-se pessoalmente bem com todos, sem deixar de lutar por seus pontos de vista.

De uns tempos para cá, vem transferindo para a ação política a tolerância que sempre cultivou nas relações pessoais. Tem alimentado uma permanente e exaustiva crítica do seu engajamento político - o que corresponde a revalidar a atuação de boa parte da esquerda brasileira nas últimas três décadas. Não por acaso este petista que chorou quando Ulysses Guimarães desapareceu tem tantos e tão diferentes amigos na Câmara dos deputados - como José Dirceu e Aloísio Mercadante, seus companheiros de partido, Nelson Jobim, do PMDB, Miro Teixeira, do PDT, e Benito Gama, do PFL.

Já não carrega pedras, mas continua dando duro. Quando está em São Paulo, com exceção dos domingos dedicados à família, acorda diariamente às 5 e meia e começa uma rotina de conversas, reuniões, palestras, viagens ao interior e a outros Estados. Em Brasília acorda "tarde"- às 7 - e é dos primeiros parlamentares a chegar ao Congresso.

Às vezes, diz que não tem profissão. É uma meia brincadeira de quem não concluiu os cursos de Filosofia e Direito porque foi expulso das duas faculdades nos tempos de líder estudantil. Tem um automóvel Voyage, ano 86, e uma casa tipicamente de classe média, comprada com financiamento do BNH, no bairro do Butantã, em São Paulo, onde mora com a mulher, Rioco, formada em enfermagem e funcionária estadual, e os filhos Miruna, de 12 anos e Ronan, de 9, mas passa quatro dias por semana em Brasília, onde se hospeda, com outros deputados, no Torre Palace Hotel, classificado pelo GUIA QUATRO RODAS com o critério mediano de "confortável".

GENOINO foi entrevistado em São Paulo, em duas conversas de quase três horas cada, por um velho amigo com quem convive desde os tempos de Senador Pompeu, o jornalista Roberto Benevides.

## O começo na política

PERGUNTA - Como foi sua infância?

GENOINO - É. Minha infância foi toda no campo, no sertão do Ceará, em Encantado, um distrito de Quixeramobim. Eu trabalhava na roça e estudava no grupo. Meus pais são meeiros, dividem com os donos o que colhem nas terras. Eu me vinculei muito a isso aí. Em 1958, houve um fato muito forte na minha vida, que foi a seca, quando entrei numa frente de trabalho.

PERGUNTA - Chegou a trabalhar na frente?

GENOINO - Cheguei. Na época, chamavam a gente de cassaco. Coloquei muita pedra no açude de Quixeramobim.

PERGUNTA - Quantos anos você tinha?

GENOINO - Nasci em 1946, tinha 12 anos. Eu e meu pai trabalhávamos lá. A gente trabalhava durante a semana e, na sexta, levava a caderneta em que eles marcavam o ponto. Com a caderneta anotada, a gente ia ao fornecimento e levava comida para casa. A caderneta era a moeda. Não víamos dinheiro. Recebíamos farinha, arroz, feijão, rapadura, levávamos para casa no fim de semana e voltávamos ao trabalho no outro dia. Eu tinha de ajudar pois sou o filho mais velho de uma família de onze.

PERGUNTA - O governo pagava diretamente aos fornecedores?

GENOINO - É. Nessa época, eu tive contato com coisas que depois se universalizaram na política. O Estado pagava um preço muito maior por aqueles produtos do que era descontado da caderneta da gente. Havia muita corrupção. Os feitores que iam às frentes de trabalho para conferir as anotações nas cadernetas falsas, que eles mesmos usavam. Houve uma cena que eu não esqueço. A gente estava numa fila enorme para que o apontador marcasse a caderneta quando um cara que tinha faltado a semana inteira pediu para marcar o ponto dele porque a família estava doente e ele não tinha podido comparecer ao trabalho. O apontador não marcou o ponto e ainda o maltratou. Ele saiu da fila, pegou uma peixeira (faca comprida usada no Nordeste), voltou, encostou na barriga do apontador e mandou que ele marcasse todos os pontos dele pois existiam cadernetas falsas e a justificativa dele era correta, todo o mundo sabia que ele estava com a família doente.

PERGUNTA - E o apontador?

GENOINO - Marcou na hora. O camponês exigiu: "Você marca todo o mês que eu vou ao fornecimento, pego tudo e vou embora. Não vou ser preso." E foi mesmo. Nunca mais voltou. Aquilo me marcou muito. Nessa época, eu estudava em casa com a minha mãe. Em 1959, fui para o grupo escolar e minha idéia era sair do sertão, sair do mato. Eu queria ir para a cidade. Minha referência de cidade era Senador Pompeu. Eu queria ir estudar lá e subir na vida.

## Araguaia e anistia

PERGUNTA- Como foi que você resolveu, um dia ser guerrilheiro no Araguaia?

JOSÉ GENOINO - No final dos anos 60 e começo dos anos 70, os estudantes discutiam muito os caminhos para a luta armada. O PCdoB tinha uma visão de uma guerra camponesa, guerra popular e eu me dispus a ir para o Araguaia no momento em que houve recrutamento de militantes para a guerrilha. A gente queria derrubar a ditadura e construir uma sociedade socialista no Brasil. A guerrilha era um instrumento para viabilizar essa visão política. Saí de São Paulo em junho de 1970, no dia da recepção, no Anhangabaú, aos jogadores que tinham conquistado o tricampeonato mundial no México. Embarquei à noite para Campinas. Lá peguei um ônibus para Anápolis, em Goiás, onde fiz contato com um companheiro que já estava no Araguaia, o Zé Humberto Bronca.

PERGUNTA - Você morava, então, em São Paulo?

GENOINO - Vivi aqui um ano e meio, com outra identidade.

PERGUNTA - Qual era o seu nome falso?

GENOINO - José Geraldo, o sobrenome eu não lembro mais. Tirei a carteira numa cidade do interior do Ceará. E em São Paulo eu estava morando em pensão ou em casas de amigos que não eram conhecidos. Vim de Fortaleza, onde já era filiado ao PCdoB e participava ativamente do movimento estudantil, como presidente do Diretório Central dos Estudantes. Quando foi decretado o Ato 5, em dezembro de 1968, como eu era muito conhecido lá, não tive outro jeito: vim para São Paulo, já com outro nome, clandestino. Passava uns meses no Rio, outros em Porto Alegre, mas ficava a maior parte do tempo em São Paulo. Fizemos um congresso clandestino da União Nacional dos Estudantes (UNE), que era presidida pelo Jean-Marc (van der Weid). Eu participava da diretoria. Como todos os diretores, era vice-presidente. Depois o Jean-Marc foi preso no Rio e o Honestino Guimarães (que desapareceu depois de ser preso no Rio de Janeiro por agentes da repressão) assumiu a presidência. Fiquei em São Paulo até meados de 70, quando fui para o Araguaia.

PERGUNTA - Como foi a viagem até lá?

GENOINO - À medida em que ia chegando perto do Araguaia, ia me libertando das coisas da cidade. Quando cheguei a Araguatins, que era a cidade mais próxima, eu perguntei: "Como é que é, a gente pode comprar cigarro ou não?" Compramos, então, os últimos maços de cigarro - Continental, sem filtro.

PERGUNTA - Em seguida você deixou de fumar?

GENOINO - Não. A gente fumava cigarro de fumo de corda. Ao chegar ao Araguaia, dei de cara com o Oswaldo e foi uma surpresa encontrar um negão daquela altura na Amazônia. Ele tinha sido jogador de basquete do Botafogo, no Rio. Chamava-se Oswaldo Orlando Costa, fez treinamento militar na China, estudou na Checoslováquia e era muito conhecido na região. No caminho, a uns quatro dias de barco de lá, a gente já

ouvira falar dele. Todo o mundo o chamava de Oswaldão, tanto a população como nós. Ele e, mais tarde, a Dina, que era uma baiana coincidentemente parecida com ele, foram as pessoas que ficaram mais conhecidas na guerrilha. O Oswaldo representava um papel meio místico até para os companheiros, pois tinha uma capacidade de liderança muito grande. E o tipo físico ajudava a torná-lo conhecido nas redondezas: ele tinha 1,90 metro, o sapato era feito por encomenda, não se encontrava botina para ele. Tinha sido garimpeiro, mateiro, caçador, sempre se preparando para a guerrilha. Virou, então, uma figura meio lendária. Dizem que foi dos últimos a morrer, assassinado pelas costas.

PERGUNTA - Você já o conhecia de antes?

GENOINO - Não. O único que eu conhecia na casa era o João Amazonas (fundador e presidente nacional do PCdoB). Encontrei nessa casa o núcleo original do destacamento B, que ia ser preparado com a chegada de outros companheiros. Eu fui dos primeiros a chegar.

PERGUNTA - João Amazonas era da direção nacional do PCdoB na época? Havia outros altos dirigentes do partido na guerrilha?

GENOINO - João Amazonas morava lá, mas viajava sempre. Parece que ele fazia a ligação entre a guerrilha e o partido. Outros dirigentes do PCdoB que viveram no Araguaia foram Maurício Grabois, morto lá, e Pedro Pomar, morto mais tarde em São Paulo quando a polícia acabou com uma reunião do partido numa casa da Lapa. No Araguaia foram formados três destacamentos, subordinados ao mesmo comando. Um não conhecia o outro. Cada destacamento era dividido em três grupos de sete pessoas.

PERGUNTA - Onde ficava a casa de vocês?

GENOINO - O município era Xambioá, junto a Conceição do Araguaia e São João do Araguaia.

PERGUNTA - Para quem tinha saído do sertão sonhando com a vida na cidade, que tal voltar para o campo?

GENOINO - Duas coisas me surpreendiam lá, positivamente. O cenário geográfico era bem diferente do sertão do Ceará, porque era uma região muito rica, de muita água. Se eu tivesse voltado para a caatinga, depois de ter saído para estudar fora, o choque seria maior. Além disso, a gente tinha um ideal, que era construir um embrião de uma guerrilha de resistência à ditadura.

PERGUNTA - Vocês moravam todos na mesma casa?

GENOINO - Inicialmente, morávamos cinco pessoas numa casa.

PERGUNTA - Todos homens?

GENOINO - Todos homens.

PERGUNTA - Não era estranho para as pessoas da região?

GENOINO - Não. A gente tinha uma história. Éramos conhecidos como paulistas. Eu era sobrinho do João Amazonas, que tinha lá o nome de Cid, "seu" Cid, e era sócio do Oswaldão. Eu me chamava Geraldo e estava lá para cuidar da parte dele. A gente estava botando uma frente de serviço lá, vivia como posseiro numa região em que estava começando a colonização, que era precisamente o sul do Araguaia, perto da Serra dos Carajás, um pouco menos próximo da Serra Pelada, enfim, ali onde começou a Transamazônica. Chegava lá gente de todo o canto. Ninguém estranhava se os recém-chegados eram louros, nordestinos, paulistas.

PERGUNTA - Nem tantos homens juntos numa casa?

GENOINO - Depois, chegou um casal que foi morar noutra casa. Mais tarde, chegou outro casal, que também foi morar separado da gente. Mais tarde, chegou uma companheira que era solteira e que morava na nossa casa e também era conhecida como sobrinha do velhinho. A gente foi se legalizando, tinha uma vida de camponês, tinha roça, morava em casas de palha. Com a adaptação física à região, a gente procurava criar as condições para fazer a outra parte, que era o trabalho de preparação militar, com andanças na mata, experiências de sobrevivência, treinamento com armas, processos de fugas etc. De julho de 1970 a 1972, foi montado esse destacamento, que chegou a ter 21 pessoas.

PERGUNTA - Vocês tinham alguma atuação política na região?

GENOINO - Não, a gente nem falava em política com o pessoal da região. Isso era proibido. Tínhamos relações de amizade com os camponeses, falávamos das coisas da roça, trabalhávamos em conjunto, caçávamos e andávamos juntos nos rios. Só isso.

PERGUNTA - Era uma tática de vocês?

GENOINO - Dentro da concepção militar do PCdoB, a gente procurava preparar uma relação de vizinhança com a população e fazer o treinamento. Quando a guerrilha começasse é que a gente iria fazer o discurso político. A gente considerava que a relação de amizade com a população era a base para o trabalho político. Mais tarde, durante a guerrilha, muita gente não aceitava que os guerrilheiros fossem chamados de terroristas. Por exemplo: tinha um médico lá que fazia parto como curandeiro. As pessoas não sabiam que ele era médico, mas ele salvou a vida de muitas mulheres. Tinha uma companheira que era enfermeira, inclusive tinha trabalhado aqui no H.C. (Hospital das Clínicas da Universidade de São Paulo), a Tuca, que fazia pequenas cirurgias e atendia a população como camponesa. Então a população não iria aceitar que eles fossem tratados como terroristas. Alguns camponeses acabaram sendo presos por terem amizade com os guerrilheiros.

PERGUNTA - E como era a vida de vocês antes de começar a guerrilha?

GENOINO - A gente tinha duas vidas. Uma era legal, todo o mundo conhecia. Quem já tinha processo anterior usava outro nome. Quem não tinha, usava o nome real. A outra era a vida clandestina, que os outros não conheciam, de treinamento no mato e de discussões políticas. Minha experiência não foi propriamente na guerra, foi na preparação. Foi uma experiência muito intensa, muito rica. A convivência com as

peças foi muito forte, do ponto de vista pessoal. Mesmo com aquela mentalidade da esquerda, que eu acho estreita e dogmática, era uma convivência humana saudável.

PERGUNTA - Havia amigos seus, da cidade, no grupo de guerrilheiros?

GENOINO - Foram chegando companheiros que a gente já conhecia. Chegou gente que eu já conhecia do movimento estudantil.

PERGUNTA - Havia gente que não tinha nenhuma experiência de campo?

GENOINO - Havia. Um companheiro que chegou de São Paulo, na primeira vez que foi trabalhar com um machado, rachou as mãos por fora. Não sabia nem pegar num machado. Tinha gente que nunca tinha visto um jabuti. Pelo conhecimento que eu já tinha do campo, eu ficava mais à vontade.

PERGUNTA - Vocês tinham alguma comunicação com o resto do mundo?

GENOINO - Tínhamos rádios bons e pegávamos tudo o que ocorria no mundo e no Brasil pelas rádios internacionais. Ouvíamos a BBC, a Rádio Havana, a Rádio Tirana, da Albânia, a Voz da América e a Rádio Pequim. Quando chegava gente lá, levava revistas como VEJA e jornais antigos. Eu me lembro de que a gente só foi conhecer microssaia quando chegou lá a revista com as fotos. Fiquei um ano sem ir à cidade. Quando fui a Xambioá, andando, é que conheci Coca-Cola grande. A gente reduziu ao mínimo as relações com a cidade. Andava em Araguaína, Xambioá e Marabá. O máximo que eu me deslocava era até Anápolis.

PERGUNTA - Como eram essas cidades?

GENOINO - Xambioá, na época, era uma cidade pequena, na beira do rio, com uns 5.000 habitantes, a umas duas horas de barco da casa da gente. Às vezes, eu ia até lá a pé, dava uma caminhada de umas cinco horas. Araguaína era uma cidade maior, tinha um centro com comércio, tinha alguma estrutura. Só dava para ir lá de ônibus, eram umas três horas de viagem. Nessa época, começou a surgir a Nova Marabá. Eram cidades em crescimento. Ainda não havia estrada de Xambioá a Marabá e a gente levava três dias de barco para ir lá.

PERGUNTA - Você era dos que mais andavam pela região?

GENOINO - Eu podia circular mais à vontade porque, como nordestino, era um tipo comum na região. Uma vez, cheguei a Xambioá à noite e estava havendo uma batida da Polícia Federal por causa de algumas mortes ocorridas em Paraíso do Norte com o pessoal do Molipo (Movimento de Libertação Popular), que era uma dissidência da ALN (Aliança Libertadora Nacional), e a mulher do hotel falou para mim que não fosse para a rua de revólver pois poderiam me prender. Eu fiquei muito preocupado, pois estava sozinho naquele hotelzinho, e ela deve ter notado. Fui ao armazém comprar farinha, sal, armas, munição e confirmei a presença dos federais. Resolvi, então, viajar de noite. Quando fui pegar o barco para voltar para o mato, ela olhou para mim e perguntou: "Por que você está saindo agora?" Mais tarde, quando fui preso e levado para a pracinha do hotel, lá em Xambioá, a velhinha botava a cabeça na porta, me

olhava rapidamente todo amarrado e só de calção, e se escondia de novo. Parecia que ela estava recompondo aquela história.

PERGUNTA - Então, era relativa essa história de poder circular mais à vontade na região.

GENOINO - Eu conseguia passar bem como camponês. Quando fui preso, fiquei alguns dias identificado como camponês. Com o nome falso, pois tinha o tipo físico, a fala, as mãos calosas. Fui identificado de verdade em Brasília com o álbum dos presos no congresso da UNE de Ibiúna, em São Paulo (em outubro de 1968). Eu fui preso logo no início porque, tendo essa facilidade de andar na região, fui levar uma mensagem quando o Exército nos atacou...

PERGUNTA - O que dizia essa mensagem?

GENOINO - Que o Exército estava na área e que o destacamento deveria seguir para a mata.

PERGUNTA - Estava começando a guerrilha de verdade?

GENOINO - Se dependesse dela, a guerrilha começaria de outra maneira. A gente certamente faria alguma ação fora e se refugiaria na região. A guerrilha foi descoberta por uma operação militar e a gente se refugiou no mato. Tínhamos formado três destacamentos. Como eu disse, cada destacamento era dividido em três grupos de sete. Havia o comando dos três, mas um destacamento não conhecia o outro. O meu destacamento não foi atacado, mas eu fui levar a mensagem a outro destacamento para fugir. Não encontrei o sinal de alerta no local, entrei na área, fiquei procurando o pessoal o dia inteiro. Dormi à noite no mato e, no dia seguinte cruzei com um grupo de pistoleiros, comandado por um sargento da Polícia Militar de Xambioá, que eu conhecia, e ele me perguntou para onde eu ia. Conversei com ele normalmente, mas eles falaram que era exatamente eu que procuravam. Quando tentei reagir a prisão, não deu mais. À tarde, chegou o pessoal do Exército para me interrogar e me levar para Xambioá.

PERGUNTA - Como eles chegaram à guerrilha?

GENOINO - A resposta depende de algumas informações que o PCdoB parece que já consolidou. A possibilidade maior é de que tenha sido por intermédio de uma companheira que ficou doente, saiu para se tratar na cidade, ficou com medo de morrer e veio para São Paulo.

PERGUNTA - Saiu à revelia da guerrilha?

GENOINO - À revelia. Ela teria falado para o pai dela, uma pessoa reacionária, que estava com leishmaniose e malária e ele se tocou de que ela viera de uma área de trabalho do PCdoB. É fácil identificar em São Paulo de onde veio uma pessoa com doenças desse tipo. A partir daí, como eles sabiam pelos documentos do partido que estava em preparação uma guerrilha, montaram uma operação para descobrir a área de treinamento. Foram para a região até descobrir. A parte da guerra mesmo começou

depois. Quando o Exército chegou lá, a guerrilha se preservou no mato e, mais tarde, é que começaram as operações de lado a lado.

PERGUNTA - Quantas pessoas estavam lá?

GENOINO - fala-se em 69 pessoas. Como nove foram presas, ou lá ou na cidade, há um cálculo de que sessenta pessoas foram mortas. Até hoje, não se sabe onde essas pessoas estão enterradas.

PERGUNTA - Quem não foi preso morreu?

GENOINO - Quem não foi preso no início morreu. Há informações de que os presos do meio da guerrilha para o fim não sobreviveram.

PERGUNTA - Você chegou a achar que iam matá-lo?

GENOINO - Quando fui preso, sim. Numa noite, eu estava marrado numa árvore quando chegou um oficial do Exército querendo saber onde estava o pessoal. Eu não sabia. Sabia onde estava o outro pessoal, o do meu grupo, mas o que eles queriam saber estava perdido e eu não sabia onde. Ele insistiu muito e, de madrugada, ameaçou: "Vou te matar". Pegou uma metralhadora e disse que ia me dar uma rajada. Eu falei com tanta convicção para ele que podia atirar que ele jogou a arma no chão e começou a chutá-la, dizendo que eu queria morrer.

PERGUNTA - Você queria?

GENOINO - Houve um momento em que eu achava - e, de fato, aconteceu - que a barra ia ser muito pesada. Até ali, eu era um lavrador, cearense, chamado Geraldo, levado para lá pela propaganda da Transamazônica. Era a minha desculpa. Mas eu sabia o que viria pela frente. Quando viesse à tona a guerrilha, a situação seria insuportável, como acabou acontecendo. Ao falar para ele que podia atirar, era convicção mesmo. Aliás, quando fui preso, eles não tinham algemas e me amarraram com uma corda...

PERGUNTA - Amarraram de que maneira?

GENOINO - Nos pulsos. Era um grupo a cavalo, um deles segurava a corda, e eu ia atrás a pé. De repente, puxei a corda, corri para o mato e mandei eles atirarem. A frase "podem atirar" acabou sendo uma dica de que eu não era um camponês da região. O camponês não manda ninguém atirar sabendo que pode morrer. A segunda dica que eles tiveram de que eu era uma pessoa diferente aconteceu quando me levaram quando me levaram para um barraco na mata. O cachorro do nosso pessoal me reconheceu, veio me cheirar, ficou grunhindo e eles diziam: "Ele é daqui, porque o cachorro conhece ele". Eu comecei a ter ódio do cachorro. Para mim, o cachorro era a única prova que eles tinham. Isso foi à tarde, já com o pessoal do Exército. De madrugada, quando não tinha ninguém ao meu lado, o cachorro chegou perto de mim, lambeu meu corpo, lambeu meu rosto e saiu. Naquele momento, o ser mais humano, para mim, era o cachorro. Foi o único ser que prestou solidariedade. De manhã, eles jogaram fogo na casa, me puseram num helicóptero da empresa que explorava a Serra de Carajás e me levaram para Xambioá. De lá, fui para Araguaína, de Araguaína para Brasília.

PERGUNTA - A partir de quando você foi torturado?

GENOINO - Desde o começo. Primeiro, foi afogamento e "telefone".

PERGUNTA - "Telefone"?

GENOINO - É, tapa nos dois ouvidos. Fiquei dois dias jogado numa cela da cadeia pública de Xambioá. Em Araguaína, fiquei uma noite na Polícia Militar, com as pernas amarradas à grade por uma corrente. Ainda tenho estas marcas. (Mostra cicatrizes profundas.) De lá, me levaram num avião militar para Brasília.

PERGUNTA - Eram outros interrogadores?

GENOINO - Eram os mesmos.

PERGUNTA - Quantos eram?

GENOINO - Eram uns dez. Havia interrogadores e gente do Comando Militar da Amazônia. Cheguei a Brasília num dia de festa, era 21 de abril de 1972. Tinha sido preso no dia 18. No avião encontrei um preso político, que era um antigo conhecido meu de quando entrei no PCdoB, o Pedro Albuquerque (de Oliveira Neto, hoje professor de direito na Universidade Federal do Ceará). Ele tinha estado na guerrilha, também saiu à revelia, com a mulher, que ficou grávida, e foi preso no Ceará. Eu não sabia que eles tinham estado na guerrilha porque eram de outro grupo. Encontrei com ele no avião. Para mim foi uma surpresa. Depois da cadeia, ele se exilou no Canadá e só voltou depois da anistia.

PERGUNTA - Quando ele foi preso, já sabiam que ele tinha estado na guerrilha?

GENOINO - Não. Ele foi preso porque estava tentando tirar passaporte para sair do país, mas todo o mundo do PCdoB preso naquela época era interrogado sobre a guerrilha.

PERGUNTA - Nos interrogatórios descobriram que ele tinha estado na guerrilha?

GENOINO - Exatamente. Quando chegamos à Brasília, já saí do avião de capuz e fui levado para um quartel do Setor Militar Urbano. Depois de ficar dois dias numa solitária sem que nada acontecesse, fui do primeiro andar, onde ficavam as celas, ao térreo com um tapa tão forte que até hoje não sei como desci o lance de escada. Fui colocado no pau-de-arara e, então, me mostraram minha fotografia com meu nome verdadeiro. Foi como se o edifício tivesse caído em cima de mim. Na prisão, a gente vai alimentando seguranças. Eu tinha a segurança de que não descobririam quem eu era - pois eu sabia que, quando descobrissem, a barra ia ser muito pesada. Foi nesse dia que descobriram meu nome, minhas ligações com a UNE, os processos a que eu já respondia. O que eu estava fazendo no Araguaia? Toda a história que eu tinha montado estava desmontada.

PERGUNTA - Os interrogadores já eram outros?

GENOINO - Eram, mas eu já não sabia quem eram. A partir do momento em que eles souberam que eu era o GENOINO, fui interrogado sempre de capuz. Não vi mais ninguém.

PERGUNTA - E o que eles queriam saber de você?

GENOINO - Foi então que se deram os interrogatórios sobre o PCdoB, começaram a aparecer as informações sobre a guerrilha. Foi a frase mais difícil. Minha história estava desmontada. Eu dizia que tinha ido do Ceará direto para o Araguaia e aí surgiu São Paulo na história. Onde é que eu morava em São Paulo? Uns lugares eu não sabia e outros eu não podia dizer.

PERGUNTA - E o que você sabia da guerrilha?

GENOINO - No dia em que fui preso, eu sabia onde estava parte do pessoal da guerrilha. Passados cinco ou seis dias, não sabia mais. Nem que eu quisesse falar eu sabia. Eles me interrogavam muito sobre o pessoal da guerrilha, mas eu não sabia. A guerrilha rural é diferente da urbana. A urbana tem endereço, tem rua, tem número. A rural, não. Tem mato.

PERGUNTA - Como ficavam os interrogatórios?

GENOINO - Começou, então, um processo muito doloroso. Voltei para Xambioá na carroceria de uma pick-up militar, desci com a tropa na praça. Foi quando aconteceu aquela história da velhinha do hotel em que eu me hospedava quando era camponês. Eu estava de calção, todo sujo de terra, ferido nos braços e nas pernas, quando chegaram os pára-quedistas do Rio de Janeiro berrando: "Vamos fuzilar". O pessoal da cidade ficava olhando da janela. Muitos anos mais tarde, quando eu visitei a região com uma comissão da Câmara, voltei ao hotel e as pessoas se mostravam muito impressionadas porque tinham me conhecido como um lavrador que andava lá, depois viram a propaganda me mostrar como um terrorista que queria vender o país e me viram preso e estavam me reencontrando como deputado.

PERGUNTA - Quando foi essa volta à região?

GENOINO - Foi em 1983. Eu fui eleito deputado, pela primeira vez, em 1982 e voltei lá no ano seguinte. Fui numa comitiva de deputados para dar solidariedade aos camponeses que estavam em luta pela posse da terra. Eu conversei com eles e alguns me relataram coisas incríveis. Contaram que alguns camponeses trabalharam como guias do Exército e que outros chegaram a botar veneno na comida de vizinhos. Houve uma época em que o pessoal recebia dinheiro por informações prestada. Eles me falaram dos lugares em que tinham acontecido os combates. Eles só falavam para mim. Eu tinha que me separar dos outros deputados para eles falarem essas coisas para mim. Em Xambioá, as pessoas me olhavam com aquela mesma distância da época em que me viram torturado na praça. Parece que era algo não digerido para eles.

PERGUNTA - Voltando aos tempos da prisão: você ficou tempo exposto na praça?

GENOINO - Não, ali era apenas o ponto de encontro da tropa. Depois, me levaram para a base militar do aeroporto local. Fiquei preso lá uns dez dias, primeiro em cima de um caminhão, depois dentro de um buraco. Foi nessa época que começou a guerrilha propriamente dita. Foi outra fase penosa. Quando houve o primeiro contato militar entre o Exército e a guerrilha, morreu o Bergson (Gurjão Farias, líder estudantil que se juntou à guerrilha), que era meu amigo do Ceará e que eu nem sabia que estava no Araguaia, e foi ferido um sargento. Eu vi o corpo dele na base militar de Xambioá. Fui interrogado violentamente por causa desse episódio. Fui tirado do interrogatório, que estava sendo feito numa barraca por pára-quedistas do Rio, para ser interrogado novamente em Brasília pelo Centro de Informações do Exército (CIEEx). A partir daí, sempre que havia algum fato novo na guerrilha, eu era novamente interrogado.

PERGUNTA - E continuava sendo torturado?

GENOINO - Não tinha mais tortura física, apenas uma pressão psicológica muito grande.

PERGUNTA - De que tipo?

GENOINO - Ameaças de morte, de me levar de novo para o Araguaia, de me entregar aos pára-quedistas ou me mandar para a Oban (Operação Bandeirantes, órgão de repressão política criado em São Paulo em julho de 1969).

PERGUNTA - Na fase mais dura, que tipos de tortura usavam?

GENOINO - Na primeira fase, eu tive queimaduras e afogamento. Em Brasília, fui para o pau-de-arara e levei choques elétricos. A coisa de que eu tinha mais medo era o afogamento. Por isso, voltar para Xambioá era terrível. Durante muito tempo, na cadeia, quando ia tomar banho, eu não botava a cabeça debaixo do chuveiro.

PERGUNTA - Logo você, que sempre teve uma ótima relação com a água?

GENOINO - Mas houve um período que eu fiquei bastante traumatizado.

PERGUNTA - O afogamento é pior do que ser queimado?

GENOINO - É, porque, na queimadura, a gente sente dor; no afogamento sente a perspectiva de morrer (ri nervosamente). É diferente.

PERGUNTA - Como é que o queimavam?

GENOINO - Isso aconteceu no mato quando eu estava amarrado a uma árvore. Eles botavam meu calcanhar em cima de uma lata de conserva e encostavam a ponta de cigarro ou um tiçãozinho aqui em cima (mostra marcas nas duas pernas). Dói, mas dá para resistir à dor física na tortura. O problema é aquilo que atinge a mente. O afogamento atinge a mente, apavora.

PERGUNTA - E os choques elétricos?

GENOINO - Durante uma crise de malária, eu recebi choques elétricos. A malária dá sede. O choque também dá sede. As duas coisas se juntaram e me deixaram desesperado para beber água. Não me davam água. É um troço penoso. Mas, mesmo nas piores situações, a gente encontra solidariedade. Veio um cara do próprio Exército, com um tacho, e me deu água. Ainda me avisou: "O pessoal me proibiu, mas eu vou lhe dar água"

PERGUNTA - Você se lembra de outros gestos parecidos dos seus carcereiros?

GENOINO - Havia um cabo que sempre me vigiava e, uma vez, eu pedi a ele: "Rapaz, me tira as algemas para eu poder fazer cocô." Ele respondeu: "Eu quero tirar, mas tenho medo de você fugir e eu ter de matá-lo, pois eu gosto de você. Mas, se você fugir e eu não atirar em você, sou eu que vou ser morto." Fica uma relação meio neurótica, mas a gente sempre encontra esses gestos de solidariedade. A partir do momento em que eu fiquei em Brasília, no PIC (Pelotão de Investigações Criminais, do Exército), minha expectativa de vida mudou. Passei a achar que eu ia viver, que ia cumprir pena, passei a me comunicar com outros presos, recebia solidariedade, recebia cigarro. Foi nessa época que prenderam o Buschetta ( Tomazzo Buschetta), aquela da Máfia. Um dia, eu falei com ele que a gente estava sem cigarro e ele mandou uns cigarros importados para os presos políticos. Um sargento viu os cigarros e disse: "Esses você não vão fumar, não." Ficou com os cigarros para ele.

PERGUNTA - Depois de Brasília, para onde você foi?

GENOINO - De lá, fui transferido para São Paulo, em janeiro de 1973, fiquei um mês na Oban, depois fui para o DOPS (Departamento de Ordem Política e Social), onde finalmente legalizaram a minha prisão e me levaram para prestar depoimento na Auditoria Militar.

PERGUNTA - Até então, você estava preso clandestinamente?

GENOINO - Estava. Foi no DOPS que eu encontrei, pela primeira vez, a advogada Rosa Cardoso. Até hoje, quando a encontro, a gente se emociona. Eu não a conhecia quando ela me fez a primeira visita e lhe disse: "Para mim, você é uma pessoa da polícia." Ela respondeu: "Assina essa procuração." Assinei a procuração que tinha chegado às mãos dela através de minha irmã, lá do Encantado. Ela disse que era advogada e ia me defender. Na segunda vez que ela me visitou, eu lhe disse que não tinha como lhe pagar, pois estava preso e a minha família era muito pobre. Ela só repetiu que ia me defender. É uma presença muito forte em minha vida. Ela era uma mistura de inteligência, beleza e coragem política. Hoje, é professora no Rio, está no PDT. A gente fez a defesa conjunta na Auditoria. Daí em diante, fui cumprir pena em presídios normais.

PERGUNTA - Como você pensa hoje nessa fase de sua vida?

GENOINO - Por mais que a gente tenha hoje uma visão de conjunto desse processo dilacerante, é uma coisa incompleta. Todos esses processos políticos de vida são incompletos. A gente é sobrevivente de uma história feita por partes. Os olhos de hoje são muito diferentes dos daquela época.. Como a gente teve contato com muitos

segmentos das forças militares, acabava vendo que nem todos participavam daquele processo de violência. Havia muita gente que não tomava conhecimento e muita gente que criticava. Em Xambioá, eu vi um oficial se surpreendendo com os interrogatórios. Como participavam militares de vários Estados, algumas tropas regulares não tinham conhecimento de que a comunidade de informações era uma espécie de quisto dentro das Forças Armadas. Quando você saía dela, nem tudo era violência.

PERGUNTA - Mas o que é que ficou em você dessa época de violência e tortura?

GENOINO - Os interrogatórios, como já falei, misturam a questão da mente e do corpo. Então, na verdade, você tem dois caminhos. Ou chega e diz: "Não declaro nome, nem declaro nada." E aí certamente a possibilidade maior é de morrer na tortura. Ou você começa a prestar certas informações. E aí é um processo muito penoso, pois cada informação corresponde a um ato de tortura. Foi isso basicamente o que eu vivi. É claro que você vai selecionando na cabeça: "Não vou dar informação que leve à morte, não vou dar informação que leve à prisão de pessoas - da militância política ou pessoas amigas." Você vai selecionando as coisas, mas é um turbilhão na cabeça. Você anda muitas vezes no limiar, no fio da navalha. A tortura chega a um ponto tal que, até para aliviar, você presta as informações, mas sempre se segurando. É uma experiência extremamente dolorosa, mas, ao mesmo tempo, extremamente rica. Por mais que a gente saiba que os humanos se dividem por interesses políticos ou materiais, a gente se choca com seres humanos numa relação entre torturador e torturado.

PERGUNTA - A tortura era uma coisa que ocupava a sua cabeça antes de você ir para a clandestinidade? Era um risco que você considerava ou você achava que nunca iria acontecer com você?

GENOINO - Era um risco, mas o risco intelectualizado pela esquerda não tinha nada a ver com a experiência prática.

PERGUNTA - Quais eram as diferenças?

GENOINO - Só a vida mostra. A tortura é uma contradição entre o corpo e a mente. A mente quer uma coisa e o corpo quer outra. Há um processo de dissociação entre os dois. O corpo pede para você ceder e a mente pede que você não ceda. Você vai criando mecanismos de autodefesa e, quando eles são destruídos, você vai ficando muito frágil. Na tortura, a vida da gente passa como um filme em câmera lenta. É como se a gente estivesse vendo as relações com o pai, com a mãe, com os irmãos, com os amigos.

PERGUNTA - O que é mais apavorante para o torturado: a sessão de tortura ou, depois que é abandonado na cela, a perspectiva de voltar a ser torturado?

GENOINO - O pior é quando você sabe que vai passar novamente por uma experiência dolorosa. Houve uma época em Brasília, depois que eu fui identificado, em que cada coisa nova era um processo meio saca-rolha de sofrimento. E sempre aumentava. Se aquilo deu certo de algum modo uma vez, eles aumentavam a dose na outra. O mais terrível de tudo era ser retirado da cela com o capuz fechado. Se eu fosse retirado com o capuz aberto, sabia que não seria torturado. Se o capuz estivesse bem fechado... Isso é que é traumático. O problema é a angústia do que vai acontecer e, pior ainda, quando

você está na cela, é ouvir os gritos das pessoas que estão passando por aquilo. Aí é barra pesada.

PERGUNTA - As cenas daquela época voltam muito à sua cabeça?

GENOINO - Quando eu saí da cadeia, como a gente conversava muito sobre isso, eu não guardava as lembranças. Hoje tenho pesadelos muito fortes. De vez em quando, tenho pesadelos que me deixam apavorado. Voltam as cenas de prisão, voltam as cenas de repressão, voltam as pessoas que foram mortas.

PERGUNTA - Tortura também?

GENOINO - Às vezes. No começo do ano, logo que eu voltei de uma semana na praia, passei uma noite lendo os jornais atrasados, cheios de notícias de violência. Fui dormir e tive um pesadelo que parece uma loucura. Apareciam alguns dos militares, com os quais eu tenho hoje uma boa relação, dando um golpe. Eles me prendiam, prendiam outras pessoas e um deles, com quem me dou muito bem, me dizia: "Olha Genoino, eu estou com aquele revólver seu". Ou seja: o pesadelo ligava o militar de hoje com um revólver que eu tinha na guerrilha em 1972. E são militares com quem eu me dou bem, eu discuto com eles, acho que eles têm uma visão democrática sobre as Forças Armadas. Já estive duas vezes no Forte Apache (como é conhecida a sede do quartel-general do Exército, no Setor Militar Urbano, em Brasília) para debater com eles, numa discussão franca e sem os preconceitos daquela época. Mas, depois do pesadelo, acordei desesperado, achando que estava com um problema cardíaco, chamei a Rioco.

PERGUNTA - Quer dizer que sua mulher acaba também pagando a conta daquela época?

GENOINO - Até porque ela também foi presa. Ela teve uma experiência bem mais dolorosa do que os pesadelos. Nossa primeira filha nasceu de uma cesariana que ela identificou com uma sessão de tortura. Rioco teve uma crise pós-parto, que se misturou ao processo de liberação de sentimentos abafados desde a época da prisão e da tortura, e acabou rejeitando a menina. Só depois de um processo de análise foi que ela realizou mentalmente a idéia de que havia feito uma espécie de faxina daquelas lembranças monstruosas e passou a aceitar a filha. Não tem jeito: a prisão faz marcas que ficam. Caetano Veloso tem uma frase que é absolutamente verdadeira: "A prisão não se apaga." Não tem como apagar. De vez em quando, ela volta mais forte, na forma de pesadelos, de sensações...

PERGUNTA - Você conheceu a Rioco na Guerrilha?

GENOINO - Não, conheci a Rioco em 1968 na Filosofia da Maria Antônia (Rua Maria Antônia, onde até 1969 funcionou a Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo), depois a vi novamente em 1969, quando eu estava clandestino aqui em São Paulo. Voltei a encontrar com ela na prisão. Ela estava indo para a guerrilha, foi presa em Belém. O Exército já tinha bloqueado a entrada na região. Mais tarde, no (hoje desativado) presídio do Hipódromo (em São Paulo, no bairro do Brás), que tinha uma galeria de presos e outra de presas, foi que a gente começou a conversar. A gente se encontrava na galeria antes de descer para o banho de sol e trocava bilhetes. Depois eu

fui para a Detenção, mas os bilhetes continuaram. Foi quando começou nossa relação. Quando saí da prisão, em 1977, a gente começou a viver juntos.

PERGUNTA - Depois de tanto tempo e tantos pesadelos, que avaliação você faz da experiência na guerrilha?

GENOINO - quando eu reavalio a guerrilha do ponto de vista dos erros, de que era uma concepção política equivocada, que jamais poderia dar certo, pois era uma tentativa isolada da população, me sinto coagido pelos constrangimentos de ter sobrevivido, de ter sido preso, de não ter sido morto, dos meus colegas terem sido mortos. Enfim, é um outro tipo de coação, de natureza psico-ideológica, que acaba funcionando na cabeça da gente e foi uma experiência traumática na minha saída do PCdoB.

PERGUNTA - Na época, você teve algum sentimento de frustração por ter sido preso antes de começar a fazer a guerrilha?

GENOINO - Foi o principal sentimento que eu tive - de frustração e derrota. Hoje, acabo pensando que, se não tivesse ocorrido isso, eu não teria sobrevivido. Na antevéspera de minha prisão, eu tinha ido para o mato com o Oswaldão para fazer o armazenamento de comida e de remédio. Faltou a gente levar um tipo de picareta que fazia os buracos horizontais. E a gente teve de voltar. Se eu não tivesse voltado por causa disso, eu não estaria em casa e não seria o emissário para levar uma mensagem ao outro destacamento. Não teria sido preso. Às vezes, de tanto imaginar as circunstâncias e a força do acaso, fico quase maluco.

PERGUNTA - Durante todo esse tempo na clandestinidade e na guerrilha, como você transava as relações afetivas e a sua sexualidade?

GENOINO - Quando ainda não estava na guerrilha nem preso, eu tinha uma vida normal. Tinha relações afetivas passageiras, circunstanciais, dentro do que era possível naquelas condições de vida clandestina. Na guerrilha e na prisão, acabou-se vida afetiva. Fiquei sete anos - dois na guerrilha e cinco na cadeia - sem ter nenhuma relação sexual.

PERGUNTA - Deu para desaprender?

GENOINO - (Rindo.) Não, essas coisas a gente não desaprende.

PERGUNTA - Passada a fase da prisão clandestina e das torturas, como era a vida na cadeia?

GENOINO - A gente aprende a conviver com aquilo. Às vezes, eu nem imaginava que, um dia, ia sair da cadeia. Tudo o que se conseguia na cadeia era lucro. Quando eu estava no fundão do DOPS (onde ficavam as celas solitárias), trabalhei durante quinze dias a cabeça do carcereiro para ter direito a um banho de sol. Tomar um banho era uma conquista. A gente vai criando relações com os outros presos e, por incrível que pareça, com os próprios carcereiros. Eu comecei a cantar muito na cadeia e acabava sendo reprimido porque cantava.

PERGUNTA - Cantava o quê?

GENOINO - Cantava para fazer o tempo passar. Cantava Asa branca, Assum Preto, aquelas músicas de protesto da época, Apesar de você.

PERGUNTA - Reprimiam mais Apesar de você ou Asa branca?

GENOINO - Reprimiam bastante Apesar de você, lógico (ri). Era um dos hinos dos presos. A vida dos presos não é parada, como se imagina. A gente vivia em permanente movimentação. É a comida, o café, o grito, a cantoria, o banho de sol, são as comunicações à noite. Você cria um movimento para não cair na derrota. O grande problema da prisão é a autodestruição. Quem não reage se liquida. Quando eu cheguei à Detenção, depois de ser ouvido na Auditoria Militar, passei por uma experiência dramática. Eu saí do presídio do Hipódromo no camburão dos presos comuns e fui colocado na cela que recebe todo o mundo. Foi uma noite em que convivi com o mundo-cão e o barbarismo das cadeias.

PERGUNTA - Como foi essa convivência?

GENOINO - Era uma espécie de vestibular do cara que chega à Detenção. Ali se misturam bandidos antigos e bandidos novos. Minha sorte era que os presos políticos da Detenção eram muito bem conceituados pelos bandidos. Quando me identifiquei, disseram logo: "Você é do terror; nós respeitamos o pessoal do terror aqui, não vamos fazer nada com você." Naquela noite, eu vi de tudo: tapas, estupros, maconha. No outro dia, fui para a galeria dos presos políticos.

PERGUNTA - Você ficou muito tempo na Detenção?

GENOINO - Quase dois anos. Quando (o coronel e hoje deputado estadual paulista pelo PDS) Erasmo Dias assumiu a Secretaria de Segurança de São Paulo, visitou a Detenção e achou que a gente estava tendo muita folga lá dentro e nos transferiu para a Penitenciária.

PERGUNTA - Que folga era essa?

GENOINO - Almoçávamos fora das celas, fazíamos grupos de cinco ou seis e comíamos juntos. Pegávamos a comida da Detenção e dávamos um tratamento - tirávamos as penas de galinha, essas coisas. Além disso, tínhamos muitos livros. Depois de uma greve de fome de trinta dias do pessoal antigo, quando eu ainda não estava lá, ficou acertado com a direção que os presos poderiam ter livros na cela. Tínhamos, então, uma vida tranquila. Recebíamos as visitas aos sábados, trabalhávamos e líamos. Quando o Erasmo viu os livros e as celas abertas para as refeições conjuntas, transferiu a gente para a Penitenciária do Estado. Lá, fizemos uma greve de fome, que durou cinco dias, e acabamos transferidos para o Barro Branco, um presídio construído dentro de um quartel da PM apenas para os presos políticos.

PERGUNTA - A vida voltou a se acalmar?

GENOINO - Éramos quarenta presos em quatro celas. Quando houve a morte do Herzog (Wladimir Herzog, jornalista da TV Cultura, assassinado na Oban, durante uma sessão de tortura, em outubro de 1975), o clima ficou muito tenso. Sempre que havia algum movimento aqui fora, o clima na cadeia ficava tenso.

PERGUNTA - Como se manifestava essa tensão?

GENOINO - Aumentava a revista nas famílias, aumentava a batida nas celas, a guarda era reforçada. Num sábado, houve uma revista muito humilhante para as famílias e, na hora em que eles chamaram a gente de volta do pátio para as celas, eu passei por uma porta de ferro e dei um chute bem forte. Eles acharam que eu estava provocando uma rebelião, me puniram, me mandaram para uma cela forte. Houve uma crise, pois já havia movimentos de direitos humanos, estava começando a Anistia, e eles me transferiram, na marra, para Fortaleza. Eu terminei de cumprir a pena no Instituto Paulo Sarasate, perto do Aquirás, para ver a praia da cadeia e não poder ir lá.

PERGUNTA - Dentro da prisão, se manifestava o mesmo tipo de divisão que marcava as organizações de esquerda do lado de fora?

GENOINO - Sem nenhuma dúvida. A vida na cadeia era marcada pelo dogmatismo, pelo sectarismo. Refletia uma visão muito intransigente e dura da esquerda. As organizações continuavam lá dentro, com suas respectivas formações políticas. As relações entre os presos tinham dois aspectos. Um era saudável, como foi toda a experiência da avaliação da cadeia, que incluía o relato de depoimentos e das sessões de tortura de cada um, o que cada um falou e não falou. Funcionava como uma espécie de psicanálise coletiva. O outro aspecto nada tinha de saudável. A gente tinha uma relação muito preconceituosa, muito fechada. Algumas pessoas eram isoladas pelo grupo.

PERGUNTA - Alguma coisa, em especial, o marcou nessa época?

GENOINO - Houve um fato que ainda me toca muito. Às vezes, penso: como é que eu não me revoltei na época? Dois presos, no Hipódromo, tinham uma relação de homossexualismo e eram isolados pelos demais presos políticos. Até hoje me revolta ter visto aquilo e não ter protestado, não ter quebrado o pau.

PERGUNTA - Muitos de seus antigos companheiros de prisão dizem que você era dos mais empenhados em garantir uma convivência harmoniosa entre presos de diferentes correntes políticas...

GENOINO - Na cadeia, eu tinha relações pessoais com todo o mundo, tanto que me relaciono com quase todos até hoje. Alguns são muito meus amigos, outros nem tanto, mas me dou bem com todos. Era da comissão de representantes dos presos nas greves de fome, nas negociações... quando eu fui punido no presídio do Barro Branco, todos os outros 39 presos se solidarizaram comigo. Mas passei por instantes dramáticos de convivência na cadeia: houve época de haver dois coletivos de presos e de um não falar com o outro porque um fez greve de fome e o outro não fez...

PERGUNTA - Como se explica que, nem na prisão, a esquerda conseguisse conviver minimamente?

GENOINO - As relações eram fruto daquela visão racional da ortodoxia da esquerda. A cadeia já era uma vida penosa e a gente aumentava mais ainda as penas de cada um. Aquilo me machucava, pois sempre tive relações pessoais fáceis. Eu era assim antes da cadeia e sou assim até hoje. Mesmo agora. No Parlamento, eu me dou pessoalmente bem com muitos adversários políticos. Eu não misturo as relações humanas com as opções políticas. Isso me ajudou na vida, pois eu acho que o cara pode ser sectário de duas maneiras: ou por formação extremamente racional ou por comportamento. Uns têm a personalidade sectária, outros são sectários por formação política. Eu sempre me esforcei para não ser sectário como pessoa. Eu luto hoje para ter uma posição não sectária na política e na vida pessoal.

PERGUNTA - Que conseqüências políticas pode ter gerado esse sectarismo que a esquerda revelava tão claramente na cadeia?

GENOINO - A esquerda teve uma formação autoritária que gerou esses monstros que foram as ditaduras na experiência socialista. Mas, mesmo onde não foi viável como alternativa de poder, a esquerda também tinha uma relação interna autoritária. As discussões não fluíam, não eram democráticas, não eram abertas. As pessoas se sentiam punidas e muitos militantes faziam seu trabalho como se fosse uma penitência, como se estivessem pagando uma promessa. Era uma espécie de religião pelo lado da política.

PERGUNTA - Com a autoridade de quem começou a militar politicamente por influência religiosa, você concorda com quem identifica um forte componente religioso na busca de uma utopia social?

GENOINO - Existe um pouco disso. Uma parte da militância que veio da igreja se acoplou à ortodoxia de esquerda com uma facilidade muito grande. Foi só substituir Deus pelo Outro. Uma visão fechada foi substituída por outra visão fechada: o céu depois da morte pelo céu da terra, Cristo e o diabo pelo revolucionário e o burguês. Eu acho que o maniqueísmo cristão se amoldou muito à formação da esquerda. Mas, por outro lado, a idéia de construir alguma coisa para melhorar a vida e a sociedade é positivo. Eu tento recuperar, de minha história, essa busca de uma sociedade melhor, não perfeita, mas de uma sociedade em que haja valores e em que as pessoas não caiam nesse canibalismo, nesse barbarismo de hoje. A esquerda tem de resgatar essa busca por uma coisa melhor. Com todos os erros, com todos os problemas que aconteceram em consequência de uma visão autoritária, romântica e audaciosa, muitos companheiros deram a vida por isso e eu acho que o máximo que uma pessoa pode fazer é dar a vida por aquilo em que ela acredita.

PERGUNTA - Era possível analisar esses fenômenos dentro da esquerda naquela época?

GENOINO - Quem queria analisar certos fenômenos naquela época era tratado como uma pessoa que estava desbundando, estava deixando a luta. Quando eu saí do PCdoB, por exemplo, uma coisa que colocavam muito em cima de mim era a pergunta: "E os companheiros que morreram no Araguaia?" Aquilo era uma espécie de coação ideológica. Isso existe na esquerda. No fundo é um aspecto reacionário.

PERGUNTA - No seu caso pessoal, a influência religiosa pesou muito ou outros fatores foram mais marcantes?

GENOINO - Eu tenho uma mistura contraditória dos vários aspectos da formação. Todos nós somos assim. Por exemplo: a minha relação com a minha origem é um troço que continua na minha cabeça. Meus pais continuam na pior até hoje. Meus irmãos, com exceção de um que estudou em Fortaleza, são peões. Um deles trabalha no Mercado aqui em São Paulo, outros trabalham na roça. Quando eu vou lá, é uma carga muito pesada. Misturam-se problemas de miséria, de diferenças culturais, de família. E isso aparece na minha cabeça de vez em quando.

PERGUNTA - Você sente alguma culpa por não ter concretizado o impulso que o levou a sair de casa, quase criança, para tentar ganhar dinheiro e dar uma vida melhor à família?

GENOINO - Culpa não, mas isso é uma coisa que me dá uma espécie de sinalização na cabeça. Eu tenho com eles uma relação contraditória. Para eles, eu fui comunista, terrorista, preso.

PERGUNTA - Isso os apavorava?

GENOINO - Apavorava. Agora, sou deputado. No interior do Ceará, deputado é uma figura importante, principalmente um deputado que eles vêem aparecer na televisão. Eles criam, então, uma nova expectativa, mas eu digo para eles que não tenho expectativa de riqueza, de nada. Minha expectativa é continuar lutando. Mesmo quando eu converso com eles, é difícil o entendimento. Eu tentei, uma vez, conversar longamente com meu pai. Ele ouviu tudo, caladão, com aquele jeito de camponês e, no fim disse apenas: "A única coisa que não entrou em minha cabeça é por que você saiu da roça e voltou a ser camponês na Amazônia." Ele sabia como eu lutei para sair da vida dura da roça.

No Partido dos Trabalhadores

PERGUNTA - Qual foi o caminho que você percorreu depois de sair da cadeia?

GENOINO - Eu fui condenado a cinco anos por militância em partido clandestino. Nunca esqueço: artigo 14 da Lei de Segurança Nacional. Fiquei preso os cinco anos, pois eles me negaram a liberdade condicional. No dia 18 de abril de 1977, saí do presídio Paulo Sarasate, em Fortaleza. Depois de sete anos longe do mundo, primeiro na guerrilha e depois na cadeia, ia retomar os contatos. Vim de novo para São Paulo. Refiz os caminhos que percorria na clandestinidade, fui morar com minha mulher. Meu emprego foi numa empresa de vendas de produtos domésticos de um empresário que eu tinha conhecido numa visita que ele fez a um amigo no presídio no Ceará. Depois fui dar aula de história no Equipe (cursinho de preparação para o vestibular, em São Paulo, depois transformado em colégio).

PERGUNTA - Quando você entrou no PT?

GENOINO - Entrei no PT em 1980, sou o número 7 do meu diretório. Minha entrada no PT foi um primeiro passo no rompimento com a visão ortodoxa que eu tinha na época em que era do PCdoB. Por causa das divergências sobre o Araguaia. O PCdoB me expulsou em 1978. Com um grupo de pessoas saídas na mesma época, eu me vinculei ao PT, mas a gente ainda mantinha uma tendência sectária e ortodoxa, que era uma revisão do PCdoB, o PRC (Partido Revolucionário Comunista). Quando exerci o primeiro mandato, eu era dessa tendência. A partir daí, fui reavaliando as experiências que mexeram com nossas vidas e estudando os novos fenômenos que estavam mexendo com a cabeça da gente.

PERGUNTA - Que novos fenômenos?

GENOINO - Principalmente os acontecimentos no leste europeu e na China. Na noite (de 5 de junho de 1989) em que vi aqueles episódios da Praça da Paz Celestial, em Pequim, não consegui dormir. Eu ficava pensando no Oswaldão, a pessoa a quem mais me liguei no Araguaia. Ele tinha feito curso na China, era muito ligado na China, defendia a China de qualquer jeito. E eu pensava nele e revia, em minha mente, os estudantes cantando a Internacional e a Nona Sinfonia e sendo mortos na Praça da Paz Celestial. Aquilo não tinha nada a ver com os ideais por que ele lutava. Eu não me conformava com o fato de que ele estava morto e não podia ver aqueles acontecimentos.

PERGUNTA - Esses acontecimentos foram determinantes para que você rompesse com a ortodoxia de esquerda?

GENOINO - É claro que eu já tinha uma visão crítica, mas acho que as concepções de esquerda muito fincadas dentro da gente não rompem só com a análise racional. Além da razão, você tem que receber certos choques. Às vezes, esses choques deixam a gente em parafuso.

PERGUNTA - Você entrou em parafuso?

GENOINO - Eu tive momentos muito dramáticos quando estava fazendo a reavaliação da guerrilha e saindo do PCdoB. Fiquei noites e noites sem dormir, chorava, tinha pesadelos. Também sofri muito já no PT, quando comecei a ter uma visão crítica da ortodoxia e cheguei a materializar isso numa entrevista à Folha de São Paulo. Entre a noite em que eu dei a entrevista e o dia em que ela foi publicada, eu tive dois piques de pressão alta que quase me fizeram perder o controle. Desde a época da prisão, de vez em quando eu tive muita dor de cabeça. Eu achava que era consequência de pancadas, fiz até tomografia e não dava nada, mas, no ano passado, descobri que tinha pressão alta e passei a tomar remédio para controlá-la. Não posso facilitar, pois, como o problema era antigo, já estava até forçando o coração.

PERGUNTA - Você tem uma vida política toda de esquerda, mas, ultimamente, de vez em quando se ouve alguém do PT dizer que você está à direita. Isso o incomoda?

GENOINO - Gosto de dialogar com as pessoas que me questionam e de lhes lembrar que é revolucionário quem admite revolucionar o seu próprio pensamento. Muitas vezes, a esquerda quer revolucionar o mundo, mas não aceita ser revolucionada. No fim do ano passado, em São Paulo, um pouco antes do Natal, fui assistir ao show do

Caetano no Anhangabaú e, enquanto ele cantava Alegria, Alegria, um militante do PT, depois de encher a cara, veio me agredir: "Você não é mais o Genoino, você é uma decepção, você mudou de posição." Eu dizia: "Me deixa assistir ao show." E ele: "Você não precisa assistir ao show aqui. Você tem dinheiro para pagar um camarote." E eu querendo assistir ao show. Uma senhora chamou, então, a Guarda Municipal. Ele foi seguro pela guarda, não foi preso, e começou a dizer que eu tinha mandado prendê-lo: "Logo você mandou a polícia me prender!" Depois eu fui falar com ele, que estava totalmente pirado. Coloquei a mão no ombro, ele chorou, desabafou, mas era uma situação em que não havia comunicação. Na cabeça dele, eu era um filho da puta. Na minha, era como se estivesse passando um filme de 1968: Caetano cantando Alegria, Alegria e um militante sectário me agredindo porque eu não era sectário.

### No Congresso Nacional

PERGUNTA - Você é o que hoje?

GENOINO - Eu continuo sendo um radical humanista. Aprendi, na minha vida política, a sempre correr todos os riscos. Eu era minoria no PT quando era ortodoxo e agora sou minoria como heterodoxo radical.

PERGUNTA - Você diria que hoje está mais próximo daquele anarquista existencialista dos tempos de adolescência em Fortaleza, anteriores à militância organizada?

GENOINO - Uma maneira que eu tenho de fazer contato com o passado é através dos sonhos. Curiosamente, tenho tido agora muitos contatos com momentos daquela época. E essas lembranças são muito agradáveis, outras muito duras, um pesadelo às vezes. Eu acho que a gente nunca volta integralmente, mas vai sempre construindo novos desafios, novas relações. A gente é sempre uma síntese, contraditória, do que vai construindo. De qualquer maneira, eu me apego mais a alguns valores daquela fase.

PERGUNTA - Quais?

GENOINO - Hoje, eu acredito fundamentalmente na possibilidade de o ser humano viver bem. A idéia da felicidade para mim, é material e espiritual. O direito à comida não justifica a opressão do cidadão. A pluralidade é ética, religiosa. Eu sou um ateu humanista convicto, mas respeito profundamente a religiosidade e convivo com religiosos sem nenhum preconceito. Tenho uma relação tranqüila com a Igreja. Eu acho que a religiosidade é uma relação do indivíduo com sua subjetividade. Sou um ateu humanista porque acredito fundamentalmente no ser humano. Há pouco tempo, estive fazendo uma palestra num centro espírita, de Alan Kardec, e eu disse claramente que sou materialista, não no sentido vulgar e utilitarista, mas no sentido da dimensão humana. O homem pode enfrentar todos os desafios. Ao longo da história, o homem construiu grandiosidades e construiu barbaridades. O que fica da eternidade é a dos história homens.

PERGUNTA - E como é que entra o PT nas preocupações que movem atualmente a sua ação política?

GENOINO - Eu parto da idéia de que a política, como instrumento de transformação da sociedade, está em vigor e tem que ser revigorada. Conseqüentemente, um partido é importante. Nas condições do Brasil, eu acho que o PT é uma experiência avançada de partido político. As lacunas e os defeitos não me impedem de estabelecer uma boa convivência com o partido. Não tenho uma relação de obediência aos chefes. A minha relação com o Lula, por exemplo, é de franqueza, de disputa, de total autonomia. Com a militância, também tenho essa relação de disputa permanente. E com os filiados, os petistas soltos, tenho uma relação mais fluída e mais saudável. Acho que o PT está chegando à hora da verdade.

PERGUNTA - Que verdade?

GENOINO - O partido tem que romper com algumas ambigüidades e escolher entre revolução e reforma, entre um partido que faz alianças. O PT precisa sair das intenções genéricas e das plataformas imediatas e apresentar um projeto de governo para o país. O destino do PT está ligado ao que queremos para o País. O Brasil está sem rumo. Falta um projeto de futuro. Se o PT tiver este projeto, vai se tornar uma força de governo. Para isso, tem que fazer uma política de alianças. Sozinho, o PT não governará fazendo as reformas.

PERGUNTA - Alianças com quais partidos?

GENOINO - Com o PSDB, principalmente, com parte do PDT, com o PSB, com o PPS e com certos segmentos democráticos e não fisiológicos do PMDB. Isso daria uma maioria democrática para fazer as reformas sociais. Senão, como enfrentar as oligarquias do Nordeste, que sugam os recursos públicos e deixam o povo passar fome, e as empreiteiras e empresas de serviço que tem uma relação viciada com o Estado? Não adiante só ter o Lula presidente. É preciso ter força política.

PERGUNTA - O PT aceitaria discutir também a redução do quadro de funcionários públicos?

GENOINO - O Brasil tem que fazer uma reforma da máquina administrativa, diminuindo os cargos de confiança, reduzindo os setores garantidos pela estabilidade, enfrentando certos corporativismos, valorizando as carreiras, criando controles externos do Poder Judiciário e democratizando mais ainda o papel das Forças Armadas. Isso envolve também uma contrapartida. Não se pode imaginar a modernização da economia como um dogma. É preciso combinar centros de excelência, altamente organizados, com áreas de produção em pequena escala que empreguem bastante mão-de-obra. É indispensável um projeto de reformas sociais generosas, que ataque as questões da fome, do desemprego, da saúde, da reforma agrária. Temos de organizar a economia para toda a população e não apenas para 30%.

PERGUNTA - A revisão constitucional certamente reabrirá a discussão sobre temas relacionados com as liberdades individuais. Alguns já estão até em debate na comissão que revê o Código Penal. Qual é a sua opinião sobre a questão do aborto, por exemplo?

GENOINO - Eu sou defensor da legalização do aborto desde 1983, tentei colocar na Constituição e vou novamente defender essa tese na revisão constitucional. Trato a

questão sob dois ângulos: o direito da mulher de interromper a gravidez e o fim da hipocrisia.

PERGUNTA - Muita gente acha que a vida é um direito do feto.

GENOINO - Existe muita polêmica na história da humanidade sobre o conceito de vida. Essa polêmica vem desde as comunidades primitivas, passa por todas as religiões e pela ciência. Então, eu pergunto: quem é o tribunal, quem é o juiz que vai decidir essa polêmica? Para mim, é a mulher. Ela é quem decidirá se interrompe a gravidez ou não. A mulher só faz um aborto em condições especialíssimas, pois estabelece uma relação de vida com o ato de criação. Eu acho que, seja rica ou pobre, ela não estará cometendo um crime por revolver interromper a gravidez. No Brasil, o aborto ainda é considerado crime, mas quem tem dinheiro paga e faz com segurança. Como a maioria não tem dinheiro, vira um problema de calamidade pública. Além disso, problemas atuais, como a Aids, colocam essa discussão em outro estágio. É claro que eu não defendo o aborto em si, mas o direito democrático de escolha.

PERGUNTA - Nesse caso, por coerência filosófica, você defende o direito à eutanásia e ao consumo de drogas?

GENOINO - Defendo o direito a eutanásia. Acho que em determinadas condições e com certos cuidados e rigores médicos que a ciência hoje pode oferecer, a eutanásia deveria ser permitida.

PERGUNTA - Quem decidiria cada caso?

GENOINO - A família, com informações científicas.

PERGUNTA - E como ficam os médicos contrários à eutanásia e ao aborto?

GENOINO - Devem ter garantido o direito legal de não fazer. Eu parto da idéia da autonomia. Eu defendo uma sociedade livre, baseada na liberdade. Ninguém pode obrigar um médico a fazer o que ele não aceita. Se ele alega questões de foro íntimo, tem que ser respeitado.

PERGUNTA - E quanto às drogas?

GENOINO - A primeira coisa seria enfrentar esse problema sem os tabus que só têm levado ao aumento do consumo. A sociedade tem direito a informações seguras sobre quais são as drogas pesadas e quais são as que não produzem determinados riscos para o indivíduo. Nos casos de consumo individual que não coloque em risco a pessoa, eu não vejo problema. O problema principal é o tráfico, que deve ser coibido com leis rigorosas.

PERGUNTA - O consumo deixaria, então, de ser crime? E onde os consumidores iriam adquirir as drogas?

GENOINO - O fornecimento seria legalizado. O cidadão teria informações sobre drogas que geram dependência, sobre os riscos - o mesmo que acontece hoje com o cigarro. Do

jeito que é tratada atualmente a questão das drogas, nem se resolvem os problemas de saúde nem os da criminalidade. Pelo contrário, as duas coisas se agravam.

PERGUNTA - Você acha que há condições políticas no Brasil para uma discussão desse tipo na revisão constitucional?

GENOINO - Eu acho que as condições políticas a gente cria. Certos temas têm que ser debatidos. Se a sociedade não debate certos temas democraticamente, vai debatê-los pela via da clandestinidade e da ilegalidade, o que é muito pior. O que, para mim, está fora de qualquer chance de legalização? Aquilo que afronta os valores fundamentais da sociedade. Por exemplo: sou contra a legalização da pena de morte. A vida humana é um valor em si. Há meios de punir severamente um criminoso hediondo sem eliminar sua vida. Posso até aceitar, no limite, a prisão perpétua para crimes bárbaros, mas jamais a pena de morte, que iguala em barbarismo o Estado à bandidagem.

PERGUNTA - Outro tema que ocorre nessa faixa de liberdade individual é a questão do serviço militar obrigatório...

GENOINO - Eu sou radicalmente contra e lutei contra isso na Constituinte. Vou continuar lutando na revisão constitucional. Tenho conversado com os militares e acho que o conceito de servidor militar deve ser profissional. O servidor de defesa nacional deve ser aquele que faz a opção pela carreira militar. Ele deve receber um salário decente e deve ter a carreira valorizada. O serviço militar não pode ser, de um lado, uma escola cívica para os jovens e, de outro, um paliativo para os problemas sociais. Tem que ser uma carreira. Acho, inclusive, que os candidatos a militar deveriam estudar nas universidades e só freqüentar as escolas militares para as disciplinas técnicas específicas. Sou contra o serviço militar obrigatório, tanto do ponto de vista democrático como do ponto de vista da eficiência militar.

PERGUNTA - E o que você acha do voto obrigatório?

GENOINO - Também sou contra. O voto deve ser facultativo. Também defendi isso na Constituinte e vou voltar a defender. O voto é um direito e ninguém pode ser obrigado a exercer um direito. Quem opta pelo direito de votar e de escolher tem as condições e a legitimidade para fiscalizar os eleitos. O que acontece hoje? O voto é obrigatório e, depois, o cidadão não sabe nem em quem votou.

PERGUNTA - Num momento em que o prestígio do político anda em baixa, não se correria o risco de eleições com pouquíssimos eleitores?

GENOINO - Os políticos e os partidos teriam, então, de conseguir legitimidade na sociedade. Não é a lei que lhes dá essa legitimidade. A representação só é legítima se fizer por ser representada.

PERGUNTA - Você está feliz com a vida de parlamentar?

GENOINO - É uma vida que me dá grandes alegrias e também algumas frustrações. Eu gosto muito da atividade parlamentar. Eu tenho prazer de ir às reuniões, ao plenário, às negociações. Se há um debate importante na Câmara dos Deputados, não consigo ficar

ns 41  
proc 32.900  
@m

fora. Não é porque o cidadão vai cobrar de mim, é que passo mal se não participar. Para mim, a luta parlamentar é interessante porque combina duas coisas importantes da política: a disputa e a negociação. E eu gosto das duas. Gosto de ser deputado.

## Memória viva do Regime Militar

*Brasil: 1964-1985*

Ronaldo Costa Couto

Depoimento de José Genoio Neto

Nasceu em Quixeramobim, Ceará, em 1946. Foi estudante de filosofia, participante da guerrilha do Araguaia, no sul do Pará, no início dos anos setenta, como militante do Partido Comunista do Brasil - PC do B. Prisioneiro político. Deputado federal pelo Partido dos Trabalhadores - PT, São Paulo, em 1983-87, 1987-91, 1991-95 e 1995-98. É amplamente respeitado no Congresso Nacional como líder e como articulador político. Releito em outubro de 1998.

Brasília, 20 de março de 1997.

**A que você atribui a tomada do poder pelos militares em 1964?**

Eu acho que foi um processo histórico longo. Tinha uma crise de rumos da sociedade brasileira. Havia uma crise de hegemonia que vinha desde o período inicial da Guerra Fria. E houve uma radicalização depois da renúncia do Jânio e do movimento pelas reformas de base.

**Como você vê a tese de que a intervenção militar tinha compromisso democrático? De que seu propósito era corretivo?**

Eu não aceito inteiramente essa tese. Porque o que estava colocado em 64 era: primeiro, o reflexo de uma disputa ideológica muito profunda no mundo, que se refletia aqui. Em segundo lugar, o período de democratização explicitou as contradições da sociedade brasileira. Em torno de reformas sociais, reformas econômicas, em torno do modelo. Terceiro, eu acho que os governos democráticos, principalmente com a renúncia do Jânio, não construíram uma alternativa sólida para resolver essa crise de hegemonia. Aí veio a intervenção militar. E toda intervenção militar vem como cirurgia, mas depois fica permanente.

**Houve ou não interferência americana significativa?**

Para mim, a interferência foi de natureza ideológica e política. A partir da bipolaridade que marcava as relações internacionais.

**A Guerra Fria. Estados Unidos e União Soviética.**

Guerra Fria! E os Estados Unidos como guarda-chuva do mundo ocidental. Para mim, foi isso que determinou. Eu não vejo, assim, que tivesse operadores do golpe aqui.

**A seu ver, o que desencadeou o processo? A questão da disciplina e hierarquia de que os militares falam? A política e o comportamento do governo Goulart?**

Para mim a crise já vinha se alongando. A crise de hierarquia... A falta de habilidade das forças populares precipitou e deu legitimidade ao golpe num primeiro momento.

**Como ficou a democracia no governo Castello Branco?**

Eu acho que foi uma democracia tutelar. Um corretivo tutelar, que foi adotando medidas fortes, com algumas prerrogativas, mas sempre tutelar. Quando essa tutela foi colocada em xeque pelos movimentos de 1968, aí veio o golpe dentro do golpe.

**Mais especificamente, o que induziu esse golpe dentro do golpe de 1968?**

Eu acho que foi mais uma questão interna. Quer dizer, o regime de 1964, para construir o êxito econômico, que depois deu no milagre, necessitava eliminar algumas garantias que tinham persistido no governo Castello Branco. Porque as greves, o próprio movimento de contestação das universidades, da intelectualidade, eram incompatíveis com o ajuste econômico que produziu o "milagre". E, no meu modo de entender, isso foi o pano de fundo. É claro que a ideologia de segurança nacional, que uniformizava o pensamento militar, foi também um elemento subjetivo que contribuiu para isso. Eu não tento explicar a História só pelos fatores econômicos. Os fatores subjetivos muitas vezes têm papel predominante. As disputas dentro da área militar. As disputas em torno de certos fatos, como as passeatas, as ocupações de universidades, o discurso de segurança nacional do militarismo, foi precipitando o AI-5.

**Fala-se que o presidente Costa e Silva teria tentado um projeto de liberalização em 1969, inclusive encarregando seu vice, o jurista Pedro Aleixo, de coordenar a elaboração de projeto de emenda constitucional. Você tem informações sobre isso?**

Eu já ouvi isso. É uma história já escrita, comentada. Eu acho que a ditadura militar brasileira sempre caminhou no fio da navalha. Ela era uma ditadura, mas buscava um nível de legitimação. E era exatamente esse questionamento que, às vezes, produzia esses movimentos. Mesmo tendo sido eleito pela linha dura, o Costa e Silva depois a questionou. Porque havia um questionamento no sentido de buscar algum tipo de legitimidade. A existência de partidos, o próprio Congresso não ficou fechado eternamente. Um pouco diferente da ditadura argentina. Pela busca da legitimidade.

**Essa legitimidade não era buscada principalmente no desempenho da economia?**

O pano de fundo dessa legitimidade foi o desenvolvimento econômico. O sucesso econômico. E isso dava sustentação na opinião pública para diminuir as críticas à ditadura. Tanto que, quando veio a derrota econômica, a ditadura não resistiu. Teve que ir para a abertura. Lenta, gradual e segura!

**Resumindo, a que você atribui o endurecimento do regime militar nos governos Costa e Silva e Médici?**

À necessidade do regime, por um lado. Por outro, mais uma vez, a tática que a oposição adotou: ir para o confronto geral. Radicalizou demais a relação e as alternativas para a oposição existir. Aí teve a opção da luta armada. É claro que a elaboração do AI-5 foi anterior ao início das ações armadas. Havia apenas alguns indícios. Não havia ações

armadas. Mas o problema todo é que havia uma radicalização. E a tática da oposição não foi a mais adequada.

**Você diria que essa radicalização fortaleceu a linha dura das Forças Armadas?**

A luta armada não foi causa da maior força da linha dura. Mas quando você tem um processo de radicalização e a política se transforma numa guerra, em que um lado tem que eliminar o outro, aí você tem um processo de legitimação dos dois lados para um confronto, em que não tem mediação. Nesse sentido, eu acho que a luta armada foi um beco sem saída para a própria oposição.

**Limitou a atuação das correntes militares mais moderadas?**

E facilitou o espaço para a linha chamada dura, do terrorismo via comunidade de informação.

**E a guerrilha, como nasceu?**

A guerrilha, na cidade e no campo, nasceu desse contexto. De um contexto político, de um contexto ideológico, de um contexto sem alternativas, não é?

**Como você relaciona a luta armada no Brasil ao que acontecia no Vietnã, à reunião da Organização Latino-Americana de Solidariedade - OLAS, em Cuba aos movimentos estudantis de 1968 na França e a outros acontecimentos internacionais?**

É claro que a geração que fez a luta armada foi profundamente influenciada por esses movimentos libertários. A Guerra do Vietnã, a Revolução Cultural Chinesa, Cuba, os movimentos de maio de 1968. Isso influenciou, porque foi uma fase libertária no sentido literal da palavra. Então, acho que isso influenciou sim.

**O que foi a guerrilha do Araguaia, da qual você participou como guerrilheiro?**

Foi uma resistência idealista, sem chance de vitória, isolada da população.

O povo não se envolveu.

A idéia era a estratégia da guerra popular prolongada, que começa no campo, vai-se propagando, vai crescendo, acumulando força.

**Qual foi o maior erro? O que bloqueou a propagação?**

Eu acho que bloqueou, porque o modelo de guerra popular, nas condições do Estado brasileiro, era um modelo incompatível. Deu certo na China e no Vietnã, num Estado de natureza feudal. Aqui no Brasil, você tinha um Estado moderno. As instalações das Forças Armadas, as comunicações, vias e meios de transportes. E tinha um Estado centralizado *manu militari*. Por outro lado, a guerrilha ficou isolada da população. Tanto que ela não ficou sabendo da guerrilha.

Um exercício de imaginação: se tivesse a experiência de hoje, o que teria recomendado aos guerrilheiros naquela ocasião?

Eu acho que era, em primeiro lugar, apostar todas as fichas na democracia. E radicalizar a democracia num limite de buscar todas as soluções para as reformas sociais e econômicas, para a busca de igualdade, através dos procedimentos democráticos. No limite, usar a força, mas não a violência. Eu faço uma diferença entre força e violência.

A que você atribui seu engajamento na guerrilha?

Eu acho que tinha a legitimação do ideal, a falta de alternativa política e o romantismo de uma geração que não tinha medo de correr risco. O bom era correr risco.

Voltemos ao governo Médici. Dizem que ele não promoveu a abertura por causa da luta armada. Você acha que ela chegou a ter um peso tão grande assim?

Não. Eu acho que o grupo militar, a hegemonia militar do governo Médici, não era a hegemonia aberturista. Tanto que, para realizar a abertura, houve uma mudança no comando militar, com o grupo hegemonizado pelo Geisel e pelo Golbery.

A corrente castellista.

Exatamente. Eu estava preso nessa época e vi que o aparato de segurança do DOI-CODI era contra a abertura. Aliás, eu acho que se não fosse o Geisel, eles tinham ido, aqui, para a Argentina. O desejo da Comunidade de Informações era ir para o modelo argentino. Não o modelo, porque não tinha. Mas iria dar no que a gente conheceu da Argentina. Eliminação indiscriminada de gente por aí fora. No final do governo Médici, muitos desaparecidos eram pessoas que não estavam na luta armada. Um monte de desaparecidos não fazia luta armada. Muitos foram mortos. No começo, diziam: "Vamos matar quem faz luta armada". Agora, no final, já estavam eliminando muita gente. O Herzog morreu e não fazia luta armada.

Por que Geisel e Golbery optaram pela abertura em 1974?

Primeiro, porque havia uma crise econômica, com a crise do petróleo, com o fracasso do *boom* do "milagre", que deslegitimava, em parte, o regime militar. Havia uma crise do sucesso econômico. Em segundo lugar, porque o regime estava se esgotando. As denúncias em relação aos direitos humanos, a anistia, o movimento dentro do MDB na época, o anticandidato, se o MDB ia se extinguir ou não, essas coisas todas. Então, eu acho que o regime chegou a um ponto de esgotamento. Com algumas derrotas do modelo da Guerra Fria no mundo, como a Guerra do Vietnã, os Estados Unidos também foram fazendo uma revisão de sua política externa. E, aí, é claro que examinou a crise desses regimes militares. E nesse sentido, teve influência sim. Quer dizer, o respaldo internacional não era mais unânime. Eu acho que o Geisel se antecipou à crise da ditadura, com a distensão lenta, gradual e segura. Ele se antecipou à crise do regime militar.

Já na abertura: o comportamento das oposições contribuiu para acelerá-la?

Eu acho que alguns movimentos contribuíram decisivamente. Primeiro, os movimentos amplos de direitos humanos e a anistia. Aí, teve a posição da Igreja. Segundo, o crescimento legal da oposição, via MDB. Não só se materializou na eleição de 1974, como esse fenômeno já vinha de antes, aglutinando as oposições. Começaram a surgir movimentos sociais, como o Movimento contra a Carestia, em São Paulo. Então, eu acho que isso contribuiu para acelerar a distensão. Qual era o debate todo, no meu modo de entender, dos estrategistas do regime militar? "Ou se antecipa ou se perde o controle." Era aquela lógica do Golbery. A centralização e a descentralização. O pêndulo. Porque ele viu que estava tensionando, num confronto.

Você diria que, para manter o controle, eles conduziram a abertura num campo delimitado pela necessidade de conter as pressões da linha dura e, do lado oposto, pela necessidade de abrir espaço para atores políticos anteriormente excluídos ou minimizados no jogo de poder do regime?

A abertura foi uma engenharia política lúcida. Porque, de um lado, eles conviveram com a oposição. Porque, aí, a oposição radical estava derrotada. Então, eles conviveram com a oposição social, com a oposição democrática, com a oposição institucional. O problema deles era conter. Como conter a direita militar com a demissão dos dois generais.

E esses são os episódios seguintes. Primeiro: DOI-CODI, morte do operário Manuel Fiel Filho, exoneração do comandante do II Exército, general Ednardo D'Ávila Mello.

Na época do Médici, a gente estava preso. A Comunidade de Informações tinha total autonomia e respaldo. Eles sabiam que o que estavam fazendo tinha respaldo. No momento em que um general foi demitido por um ato de tortura, uma violência aos direitos humanos, isso simbolizou o fim da impunidade do aparelho de segurança. Tanto que o aparelho de segurança foi para o confronto posterior com bombas, com assassinatos e atos terroristas. Porque o aparelho do DOI-CODI, para existir, tinha que ser impune. Por isso que o AI-5 deu essa impunidade a ele. Sem a impunidade, eles não existiriam. Quando da demissão do general - e eu acho que nesse sentido o Geisel foi muito vivo -, em vez de ele demitir no DOI-CODI, ele demitiu o "cabeção". Sinalizou: "Olhem, se eu demito o general, imaginem o torturador".

Não foi também uma demonstração de força para todo o sistema militar?

Foi o primeiro fato concreto que o grupo Geisel demonstrou que tinha controle.

Após esse episódio ainda houve tortura de prisioneiros políticos?

Eu não diria que acabou, porque teve tortura no episódio da Chacina da Lapa. Eu acho que passou a ser pontual. A Comunidade de Informações ficou com medo do processo, antes era amplo, geral e irrestrito. O tratamento era diferente. A gente estava preso, mas não mais no DOI-CODI. Eu fui torturado na época do Médici. Mas o tratamento aos presos políticos passara a ser mais respeitoso. Deixavam as visitas entrar. Deixaram a

OAB entrar, o Dom Paulo Arns. Quer dizer, não era aquela linha da guerra. Porque antes a gente era considerado refém. Tratavam a gente como prisioneiro de guerra.

Outro episódio, outro general: exoneração do ministro do Exército, Sylvio Frota, em 12 de outubro de 1977.

Eu tinha saído da prisão em abril. Do ponto de vista do projeto aberturista do Geisel, o fato mais forte, em que ele estabeleceu o controle, foi o episódio do general Ednardo. Porque a demissão sinalizou para o núcleo duro do regime, que era o aparelho de segurança e informação. A exoneração do general Frota foi mais importante do ponto de vista macropolítico e institucional. Ele, Geisel, não só sinalizou que tinha o controle sobre o aparelho da linha dura, como disse que ia conduzir a sucessão. Foi mais amplo. Agora, em termos de profundidade, a demissão do Ávila foi um confronto mais direto com o núcleo central do poder, que eram os DOI-CODI.

Também de maior risco?

De maior risco. Porque o episódio do Frota era de política sucessória. Agora, o do Ednardo foi em cima do pessoal que estava com arma na mão, não é?

Começo de 1979. A abertura havia avançado bastante. O símbolo institucional maior da ditadura, o AI-5, tinha caído. Começa o governo Figueiredo. Meses depois - agosto de 1979 -, vem a Lei da Anistia.

As bases da transição com Figueiredo foram estrategicamente colocadas por Geisel. Tanto que o general Golbery continuou. Só saiu quando o Figueiredo fracassou no episódio do Riocentro, uma tentativa de a comunidade voltar ao controle. Mas não tinha espaço político no país para isso. O processo já tinha avançado muito.

Como você analisa o episódio das bombas no Riocentro?

O Riocentro e os ataques a bancas de jornais foram atitudes desesperadas, revanchistas, da Comunidade de Informações e da linha dura, para dar o troco.

Quais foram os principais reflexos do Riocentro sobre o governo Figueiredo?

O fato de o Figueiredo ter se dobrado ao Riocentro... Foi diferente do Geisel. Ele demonstrou que não tinha capacidade política para conduzir a sucessão e a transição. Tanto que, na sucessão dele, os militares já não estavam com o controle. Já estavam negociando a saída. Porque a atitude dele em relação ao Riocentro, seja para os aberturistas, seja para a linha dura, foi uma demonstração de fraqueza. Aí eu estou usando a linguagem militar. Os militares trabalham com esse componente.

Como você interpreta o comportamento dele?

Toda a transição foi pactuada no sentido de não julgar os envolvidos na repressão política. Tanto que isso não aconteceu nem depois do fim da ditadura. A anistia foi concebida nessa linha. Eu acho que o Riocentro estava dentro desse ponto.

O Riocentro inviabilizou eventuais projetos presidenciais associados à linha dura?

Exatamente.

**E a ruptura Figueiredo-Aureliano?**

Veja bem: você não tinha um núcleo hegemônico no regime militar. Ele estava esfrangalhado. Aureliano por um lado, Figueiredo por outro, Golbery tinha saído. E a própria área militar estava divergindo sobre os melhores caminhos. Então, já não havia uma hegemonia determinante, como teve do Geisel e no governo Médici.

**Isso está diretamente relacionado com a implosão do PDS em 1984?**

Claro. O PDS era um partido caudatário da ditadura militar, montado por ela. A implosão aconteceu exatamente por falta de um núcleo hegemônico, e aí aquele braço institucional não tinha mais liga, pulverizou.

**Final do regime.**

Além da exaustão política, um desgaste permanente, porque estavam crescendo as campanhas e havia também o fracasso econômico. Vieram os vários decretos salariais, as dificuldades econômicas. O país estava exausto daquele modelo político-econômico. A recessão estava gravíssima. Já tinha tido a crise da dívida externa.

**Início de 1984: a campanha das Diretas-já para presidente ganha as ruas, cresce, empolga o povo. Qual a importância do fenômeno para a transição?**

A campanha da Diretas foi a conclusão de todo o acúmulo dos movimentos políticos que nasceram com os direitos humanos. Tudo aquilo desaguou nela. Por isso, foi o maior movimento cívico do país. Ela não existiria sem os comitês de anistia, a votação do MDB em 1974, o fim da censura. Ela foi o coroamento de todo o processo de acúmulo democrático do movimento.

**Ajudou muito a abertura? Afinal, ela aglutinou as oposições, trouxe o povo, gerou fantástica energia política, apontou caminhos, fortaleceu e relançou lideranças.**

Claro! A campanha das Diretas foi a palavra de ordem de um novo regime político para o país.

**Implosão do PDS.**

O PDS estava pulverizado, com uma crise de hegemonia. Não tinha um líder que o unificasse. A implosão só explicitou a fragmentação. A sucessão, a escolha, só explicitou a fragmentação que existia em potencial desde o sucesso da abertura. Porque a maneira de existir do PDS era incompatível com o processo de disputa democrática mais arejado.

**Papel e importância de Tancredo Neves na abertura.**

Ele foi o arquiteto dessa transição negociada por um regime civil e democrático. Tanto negociou com a oposição o caminho do Colégio Eleitoral, como pactuou com os militares a não-punição.

Por que Tancredo?

Várias coisas pesaram. Primeiro, a experiência. Depois, havia uma relação de confiança em relação à história dele, à vida dele. Eu acho que foi isso: confiança e experiência política.

Os militares temiam muito a hipótese de revanchismo?

Claro! Com Tancredo, os militares acharam que dava para pactuar. E pactuaram a não-punição. Porque o problema deles era esse. A partir de um certo momento, o que os militares queriam era a não-punição. Nesse sentido, eles foram mais inteligentes que os militares argentinos.

Você conhece algum fato relacionado a possíveis manobras continuístas no final do governo Figueiredo?

Eu tive informação na época. Houve uma tentativa de prorrogação de mandato. Mas eu acho que era um governo tão fraco, tão sem pique, tão sem gás, que nada prosperava ali.

Brizola teria proposto mais dois anos para o presidente Figueiredo e depois eleições diretas.

É. Dois anos mais, com eleições diretas. Mas era um governo em fim de linha, caindo por inanição.

15 de março de 1985: impedimento de Tancredo Neves, por doença, e posse de Sarney. Houve risco de retrocesso?

Não. A coisa ali não tinha volta. O que preocupou foi quando começou a campanha de Tancredo para o Colégio Eleitoral. A tentativa de atos, de provocações que inviabilizassem o projeto. A partir da eleição de Tancredo, não tinha mais volta. É claro que, quando se sai de um regime militar, sempre se preocupa. Mas não tinha caminho de volta.

Hospitalizado, Tancredo resistia a submeter-se à cirurgia. Acreditava que seu vice, Sarney, não seria empossado pelo presidente Figueiredo. Temia mais uma crise político-militar. Só cedeu quando informado de que a posse ocorreria.

Era muito difícil! A não ser que viesse, em cima daquilo, uma provocação que desencadeasse um processo. Mas um processo que precisaria ser reconstruído. Uma outra hegemonia.

Quando se completou a transição política?

Para mim, na eleição de Tancredo Neves. A partir do momento em que ele ganhou no Colégio Eleitoral e montou o governo, o ministério, estava concluída a transição.

O poder voltava aos civis.

Estava entregue aos civis. Dali em diante foi só a consolidação.

## O dia-a-dia do deputado campeão de votos no país e a desenvoltura do ex-guerrilheiro no Congresso Nacional

Por Paulo Markun

*São 1 940 metros quadrados do mais puro Oscar Niemeyer: um salão sem janelas, mas com jardins de Burle Marx, painéis e esculturas assinados por grandes nomes das artes plásticas e uma dúzia de poltronas de design moderno e discutível comodidade, permanentemente ocupadas por rolos de fios, câmeras e tripés de iluminação espalhados pelos cinegrafistas.*

*Uma mistura de passagem e ponto de encontro, que lembra o foyer de um teatro. Com uma diferença: aqui o movimento prossegue, mesmo durante o espetáculo. Fora da cena principal, que deveria acontecer no plenário, as rodinhas se formam e se desmancham. Debaixo delas, um onipresente carpete garante o verde, que deixou de ser atributo para se tornar nome próprio. É no Salão Verde da Câmara dos Deputados, em Brasília, que jornalistas e visitantes cruzam, aparentemente por acaso, com as celebridades da política brasileira, fazendo surgir assim fofocas e notícias, muitas vezes entrelaçadas como irmãs siamesas.*

*As aparências enganam. Essa terra de ninguém tem dono. O mais competente, segundo amigos, correligionários e até adversários, é o cearense José Genoíno Neto, 52 anos, 1,80 metro, 94 quilos. Um filho de lavrador que participou da guerrilha do Araguaia, passou cinco anos na cadeia e, nas eleições de outubro passado, como candidato à reeleição pelo PT, teve a maior votação do país para deputado federal, em números absolutos: 306 988 votos obtidos em 630 dos 650 municípios do Estado de São Paulo.*

É ali, no Salão Verde, que ele interpreta seu papel no jogo político brasileiro. O papel de agitador. Nos momentos de crise, aborda governistas com uma provocação e repórteres com uma promessa. A pergunta: "Qual é o rumo?" A promessa: "Vou chutar o pau da barraca!" Nem segue o rumo nem cumpre a promessa, mas ocupa os espaços disponíveis, conciliando coerência e flexibilidade, para desespero de seus companheiros mais ortodoxos. Suas teses raramente se transformam em votos do PT, mas ele é, de longe, o parlamentar petista que mais aparece na mídia.

Não tem assessor de imprensa. Ou melhor, tem, sim: é José Genoíno. O deputado reconhece que está sempre às ordens, principalmente para entrevistas e programas de debate. "Aceito qualquer convite mesmo. O espaço que tenho é conquistado, porque não tenho poder nem dinheiro. Por isso, não recuso nenhuma brecha."

O que lhe abre todas as portas é o jeito com que lida com a imprensa. Frequentemente, diariamente, o Comitê de Imprensa, onde os notáveis da Câmara nunca põem os pés. Trata da mesma maneira principiantes e veteranos. E sabe separar uns e outros. Os principiantes que batem ponto no Salão Verde conversam com ele todos os dias. Outros, como Franklin Martins, colunista de O Globo e um dos mais influentes jornalistas

políticos, desde que chegou à telinha da Globo, de tempos em tempos passa 1 ou 2 horas trocando figurinhas com o petista. "Ele pauta bem a imprensa", diagnostica Franklin. "Tem um comportamento de líder, sem o ser." (O patrão de Franklin, João Roberto Marinho, almoça regularmente com Genoíno quando vai a Brasília.)

Até ser cassado como deputado do então MDB do Rio de Janeiro, em 1968, Márcio Moreira Alves, hoje também colunista de O Globo, teve tanto ou mais espaço na imprensa do que Genoíno tem. Talvez por isso seja ácido na avaliação: "Ele é a borboleta do PT. Dedicou todo o empenho a seduzir o matriarcado do jornalismo político brasileiro". Dora Kramer, que herdou o privilegiado espaço de opinião e análise ocupado, durante décadas, por Carlos Castello Branco, o Castelinho do Jornal do Brasil, acha que o petista evoluiu: "Ele não podia ver uma câmera que saía correndo [para ser entrevistado]. Mas hoje é uma fonte de informação importante. Sabe muito sobre o que acontece".

Como Dora, também Eliane Cantanhêde (Folha de S.Paulo), Wanda Célia (Folha de S.Paulo), Cristiana Lobo (Jornal de Brasília) e Tereza Cruvinel (O Globo), todas colunistas influentes e alvo da ironia de Márcio Moreira Alves sobre o "matriarcado" na imprensa política, renderam-se à sedução do ex-guerrilheiro. Mas nenhuma delas se interessaria por suas teses e afirmações não fosse ele um craque no plenário. Manobra como poucos o Regimento Interno da Câmara dos Deputados -- o conjunto de regras que regulamentam o funcionamento da Casa --, que ajudou a desenhar, durante a Constituinte (1986-1988). A ponto de obrigar o todo-poderoso secretário-executivo da mesa, Mozart Vianna de Paiva, a antecipar seus movimentos, preparando respostas prévias às questões de ordem que ele levanta, só para dar dor de cabeça à base governista e ao presidente da Câmara, Michel Temer.

Genoíno nunca faltou a uma votação, mas não vai a audiências com prefeitos nem propõe emendas ao Orçamento. Só aprovou um projeto de lei de sua autoria: o que estabelece normas para direitos autorais. Líder da bancada do PT durante o processo de impeachment do presidente Fernando Collor, em 1992, e na Comissão Parlamentar de Inquérito que investigou irregularidades praticadas pelos chamados "anões do Orçamento", entre 1993 e 1994, foi candidato a presidente da Câmara em 1995 contra seu amigo e adversário ideológico Luís Eduardo Magalhães, o deputado do PFL da Bahia que morreu em 24 de abril de 1998. Todas as semanas, chega a Brasília terça cedo. Divide o táxi com o primeiro deputado disposto a economizar uns trocados e, mal desembarca, vai direto se inscrever como um dos oradores do Pequeno Expediente da Câmara.

As grandões da política não dão importância a esse espaço para pronunciamentos de até 5 minutos, apelidado de "pinga-fogo", em que o orador fala como se pregasse à multidão, mas diante de um plenário deserto. Genoíno não perde um. "O que a gente fala aqui vai para o ar em A Voz do Brasil e na TV Câmara", diz ele. A dica sobre o pinga-fogo ele recebeu do falecido dr. Ulysses Guimarães. "Não se esqueça", recomendou o velho político. "Quem sobe, cai. Por isso, não deixe de fazer A Voz do Brasil nem de ter o seu gabinete." O dr. Ulysses sabia do que estava falando. Os líderes têm direito a amplos gabinetes, mas quem perde o cargo fica sem sala da noite para o dia.

O Senhor Diretas foi com a cara daquele novato barbudo que ousou levantar uma questão de ordem durante a solene instalação da Assembléia Nacional Constituinte. Não acatou o argumento, mas mandou-lhe um bilhete mal escrito que o rebelde do Regimento guarda com todo carinho. O bilhete: "Genuíno (assim, com "u"), manifestei-me ao ministro Moreira Alves [então presidente do STF] favorável à sua manifestação".

Seguindo o conselho à risca, Genoíno primeiro inscreve seu nome na lista dos vinte com presença assegurada no Pequeno Expediente e, por tabela, na transmissão obrigatória por rádio criada por Getúlio Vargas, para só depois seguir para o Anexo 3 da Câmara. Ali ficam os gabinetes dos deputados novatos, dos ausentes, dos sem prestígio e, por alguma razão, de muitos petistas, inclusive com prestígio. Genoíno ocupa o gabinete número 270, com duas salas pequenas, sem banheiro privativo. Não troca de lugar por nada. Tampouco fica muito por ali.

"Tem gente que adora um gabinete. Eu não gosto", diz ele, sentado na mesinha redonda que atravanca sua sala particular, pitando a cigarrilha com que dribla a saudade do cigarro, que abandonou há um ano. Na estante, registros da Constituinte, pastas com os assuntos que mais ocupam seu tempo -- tudo bem organizado. Nas paredes, um retrato em que aparece com a barba mais negra e menos comportada, um pôster inspirado no realismo socialista, o bilhete de Ulysses e os diplomas da Justiça Eleitoral, que atestam seu desempenho nas urnas. Um crescendo, salvo pela segunda eleição: 58650 votos em 1982; 28054 em 1986; 71621 em 1990; 192230 em 1994 e 300988 agora.

O gabinete vizinho é de Paulo Paim (PT-MG) e mais parece um centro acadêmico, coberto de cartazes. No de Genoíno, nada além de pequeno aviso: "Por favor, não insista. Não fornecemos ajuda financeira. Não fornecemos cartas de apresentação. Não queremos comprar nada". Se o plural é majestático ou coletivista, é difícil dizer. Em favor da segunda hipótese, diga-se que são três seus companheiros de trabalho em Brasília e outros três em São Paulo -- pagos dentro da cota usual de que os deputados dispõem para sua assessoria. Entre os assessores, Aldo Fornazieri, um antigo camarada dos tempos de PC do B, que escreve seus artigos.

Sérgio Carvalho, outro quadro político do tempo da clandestinidade, é o chefe de gabinete, cuida da sua agenda e do mandato. Mas, graças à facilidade com que o deputado assume compromissos, Sérgio nem sempre consegue organizar uma agenda racional. Não que Genoíno seja um arroz-de-festa. Fora do Salão Verde e das repartições do Congresso, ele circula em Brasília. Até porque, numa cidade onde quatro rodas são fundamentais, ele não tem carro. Ano passado, tentou comprar um fusca de uma jornalista. Mas, alega, não tinha os 3 000 reais necessários.

Genoíno é pão-duro assumido. Almoça no bandejão da Câmara, no andar térreo do Anexo 3, por quilo, pagando no máximo 6 reais. E justifica dizendo que no restaurante dos deputados só tem lobista. Desde o primeiro mandato, mora no hotel Torre Palace, no centro geográfico da cidade. Pouco importa se as instalações são apenas razoáveis, os aparelhos de TV antiquados e o chuveiro não seja lá essas coisas: os descontos oferecidos pelo dono falam mais alto. Carrega o extrato bancário do dia no bolso do paletó. Vive de olho no cheque especial e confere cada depósito, porque morre de medo de surgir ali algum registro sem explicação. "Nunca se sabe o que podem aprontar",

resmungando, com a manha de quem já usou nomes falsos e outras maracutaías para se precaver, no tempo da clandestinidade.

Faz tempo que deixou de ir ao restaurante Piantella, na quadra 202 do Setor Comercial Sul do Plano Piloto, onde costumava jantar com Luís Eduardo Magalhães, Nelson Jobim (ex-deputado pelo PMDB gaúcho, hoje ministro do Supremo Tribunal Federal) e Miro Teixeira (PDT-RJ). Vez por outra, sai com um casal de amigos -- ela jornalista, claro. Definitivamente, não é um gourmet. Adora macarrão com frango, mas traça o que lhe colocarem à frente, desde que seja barato e em quantidade. Por causa da pressão alta e do fígado marcado por uma malária, só bebe suco de laranja com acerola ou Coca Light.

Gosta de música clássica e de MPB. Está mais para Tito Madi e Nelson Gonçalves, com incursões a Chico, Milton e Caetano, do que para Lenine e Chico César. Aprecia um tango, mas não dança nem bolero. Lê pouco, basicamente política e filosofia, e lamenta: "Queria ter mais tempo". Pela manhã, passa os olhos pelos jornais usando óculos para vista cansada (2 graus). Mora com a mulher e os dois filhos num sobradinho bem classe média, no bairro do Butantã, Zona Oeste de São Paulo, que comprou em 1984 e continua pagando. Rioko Kiaco também foi do PC do B. Hoje é enfermeira concursada num centro de saúde do governo do Estado. Os dois se conheceram na prisão e passaram a viver juntos em 1977. A filha mais velha, Miruna, tem 17 anos e deve estar cursando Pedagogia na USP, a partir deste mês. Ronan, o garoto, 15 anos, é são-paulino, para tristeza do pai, corintiano ardoroso.



**CONSULTORIA JURÍDICA  
PARECER Nº 5.875**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 852**

**PROCESSO Nº 32.900**

De autoria do Vereador **MAURO MARCIAL MENUCHI**, o presente projeto de decreto legislativo concede ao Deputado **JOSÉ GENOÍNO NETO** o título de Cidadão Jundiaense.

A proposição encontra sua justificativa às fls. 4, e vem instruída com o documento de fls. 5/53.

É o relatório.

**PARECER:**

1. A proposta em exame se nos afigura revestida da condição legalidade quanto à competência (art. 6º, "caput"), e quanto à iniciativa, que é privativa da Câmara Municipal, conforme prescreve o art. 14, XVII, da Lei Orgânica de Jundiaí, que atribui ao Legislativo, em caráter exclusivo, a concessão de títulos honoríficos, sendo que atende ainda as disposições contidas no art. 191, seus incisos, parágrafos e letras do Regimento Interno da Edilidade.
2. A tramitação deverá obedecer aos ditames dos artigos 192, *usque* 195 do mesmo *codex* interno, observando a época e a sessão para discussão e votação, conforme dispõe a letra "a" do § 1º do art. 193 do R.I.
3. A entrega de aludidos títulos deverá obedecer aos termos do art. 195, e seus parágrafos, do Regimento Interno da Edilidade.
4. Deverá ser ouvida tão somente a Comissão de Justiça e Redação, cujo parecer abrangerá também o quesito mérito (art. 47, I, R.I.).
5. **QUORUM:** maioria de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara (§ 2º do art. 193, R.I.).

S.m.e.

Jundiaí, 20 de junho de 2001.

  
JOÃO JAMPAULO JÚNIOR  
Consultor Jurídico



**COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO**

**PROCESSO Nº 32.900**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 852**, do Vereador **MAURO MARCIAL MENUCHI**, que concede ao deputado **JOSÉ GENOÍNO NETO** o título de "Cidadão Jundiaense".

**PARECER Nº 177**

A Lei Orgânica de Jundiaí - art. 14, XVII - assegura ao Legislativo, em caráter privativo, a apresentação de propostas versando sobre a concessão de títulos honoríficos.

O projeto em exame busca tal objetivo, eis que pretende outorgar ao Deputado Federal José Genoíno Neto o título de "Cidadão Jundiaense", afigurando-se revestido da condição legalidade no que concerne à iniciativa e à competência, conforme aponta a Consultoria Jurídica da Edilidade em sua manifestação de fls. 54, que subscrevemos na íntegra.

Quanto ao mérito, o elogiável currículo inserto aos autos bem atesta as qualidades pessoais do ilustre homenageando, e assim consignamos voto favorável à iniciativa de outorga.

É o parecer.

Sala das Comissões, 26/06.2001.

APROVADO  
26/06/2001

  
DURVAL LOPES ORLATO

  
JOSÉ ANTONIO KACHAN

  
JOSÉ APARECIDO MARCUSSI  
Presidente e Relator

  
FELISBERTO NEGRINETO

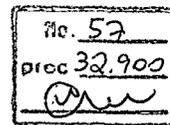
  
JÚLIO CÉSAR DE OLIVEIRA





# Câmara Municipal de Jundiaí

São Paulo  
GABINETE DA PRESIDÊNCIA  
(proc. 32.900)



## DECRETO LEGISLATIVO Nº. 800, DE 04 DE SETEMBRO DE 2001

Concede ao *Deputado JOSÉ GENOÍNO NETO* o título de Cidadão Jundiaense.

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ, Estado de São Paulo, conforme o Plenário aprovou em 04 de setembro de 2001, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º. É concedido ao *Deputado JOSÉ GENOÍNO NETO* o título de Cidadão Jundiaense.

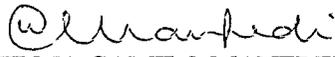
Art. 2º. Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ, em quatro de setembro de dois mil e um (04/09/2001).



ANA TONELLI  
Presidente

Registrado e publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Jundiaí, em quatro de setembro de dois mil e um (04/09/2001).



WILMA CAMILO MANFREDI  
Diretora Legislativa



PUBLICAÇÃO Rubrica  
07/09/01 VSP

**DECRETO LEGISLATIVO N.º 300,**  
**DE 04 DE SETEMBRO DE 2001**

Concede ao *Deputado JOSÉ GENOÍNO NETO* o título de Cidadão Jundiaense.

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ, Estado de São Paulo, conforme o Plenário aprovou em 04 de setembro de 2001, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º. É concedido ao *Deputado JOSÉ GENOÍNO NETO* o título de Cidadão Jundiaense.

Art. 2º. Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ, em quatro de setembro de dois mil e um (04/09/2001).

ANA TONELLI  
Presidente

Registrado e publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Jundiaí, em quatro de setembro de dois mil e um (04/09/2001).

WILMA CAMILO MANFREDI  
Diretora Legislativa